



Trabalho de Graduação

**ANÁLISE E CONSOLIDAÇÃO DE BALANÇO DAS
COOPERATIVAS DE CRÉDITO PERTENCENTES Á
UNIDADE REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E
CONTROLE SANTA MARIA –
SICREDI: UM ESTUDO DE CASO**

Gilceléia Denardi Cippolat

Silvana Beltrame

Santa Maria, RS, Brasil

2004

**ANÁLISE E CONSOLIDAÇÃO DE BALANÇO DAS
COOPERATIVAS DE CRÉDITO PERTENCENTES
À UNIDADE REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO
E CONTROLE SANTA MARIA –
SICREDI: UM ESTUDO DE CASO**

por

Gilceléia Denardi Cippolat

Silvana Beltrame

Trabalho de Graduação apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, a área de Análise e Consolidação de Balanços, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito da disciplina CTB 1012 – Trabalho de Graduação em Ciências Contábeis

Santa Maria, RS, Brasil

2004

**Universidade Federal de Santa Maira
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Departamento de Contabilidade
Curso de Ciências Contábeis**

A Orientadora, abaixo assinada aprova o Trabalho de Graduação

**ANÁLISE E CONSOLIDAÇÃO DE BALANÇO DAS COOPERATIVAS DE
CRÉDITO PERTENCENTES Á UNIDADE REGIONAL DE
DESENVOLVIMENTO E CONTROLE SANTA MARIA –
SICREDI: UM ESTUDO DE CASO**

elaborada por

Gilceléia Denardi Cippolat
Silvana Beltrame

como requisito da disciplina CTB 1012 – Trabalho de Graduação em Ciências
Contábeis

Orientadora:

Sélia Grabner

Santa Maria, dezembro de 2004.

Se uma grande pedra se atravessa no caminho e vinte pessoas querem passar, não conseguirão se um por um a procuram remover individualmente. Mas se vinte pessoas se unem e fazem a força ao mesmo tempo, sob a orientação de um deles, conseguirão solidariamente afastar a pedra e abrir o caminho para todos.

(Padre Theodor Amstad)

AGRADECIMENTOS

Aos nossos pais, irmãos e namorados, que sempre estavam dispostos a nos dar atenção, ouvir e apoiar durante o decorrer destes cinco anos, e pela compreensão na realização deste trabalho.

A URDC Santa Maria, pela disposição em fornecer os dados das cooperativas de crédito, pelo incentivo no decorrer do trabalho e pelo interesse demonstrado nos resultados do mesmo.

A Universidade Federal de Santa Maria, seus professores e funcionários pelo ensino e dedicação ao nosso aprendizado no decorrer de todo o curso.

A professora e orientadora Sélia Grabner, pela dedicação, incentivo e por direcionar o caminho a ser trilhado nas horas de incerteza, sem o qual não chegaríamos até aqui.

A Deus, por nossa existência e pela proteção durante toda nossa vida, para alcançarmos este objetivo.

Aos amigos e colegas, personagens importantíssimos em nossas vidas, pois estão sempre presentes nas horas boas e ruins, que compartilham conosco mais esta etapa de nossas vidas.

SUMÁRIO

LISTA DE ANEXOS	VI
LISTA DE FIGURAS	VI
LISTA DE QUADROS	IV
1 INTRODUÇÃO	1
2 REVISÃO BIBLIOGRAFICA	4
2.1 Contabilidade	4
2.2 Consolidação	12
2.3 Análise Financeira	15
2.4 Cooperativas	22
2.4.1 Cooperativa de Crédito.....	27
3 ESTUDO DE CASO.....	33
3.1 Sicredi.....	33
3.1.1 Evolução Histórica.....	33
3.1.2 Diretrizes	37
3.1.3 Contabilidade	40
3.1.4 Plano de Contas das Cooperativas de Crédito.....	42
3.1.5 Análise Individual das Cooperativas de Crédito	43
3.1.5.1 CCR Faxinal do Soturno	43
3.1.5.2 CCR Nova Palma	45
3.1.5.3 CCLA de Associados da Região Centro do RS	47
3.1.5.4 CCR Sepeense.....	50
3.1.5.5 CCR Caçapava do Sul	52
3.1.6 Análise Consolidada	54
4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	65
5 BIBLIOGRAFIA	68
ANEXOS	70

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I – Índice da Cooperativa Padrão	70
ANEXO II – Demonstrações Contábeis CCR Faxinal do Soturno ...	71
ANEXO III – Demonstrações Contábeis CCR Nova Palma	81
ANEXO IV – Demonstrações Contábeis CCLA de Associados da Região Centro do RS	91
ANEXO V – Demonstrações Contábeis CCR Sepeense	101
ANEXO VI – Demonstrações Contábeis CCR Caçapava do Sul	111

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – A contabilidade como sistema de informação	10
FIGURA 2 – Símbolo do Cooperativismo	24
FIGURA 3 – Símbolo do Sicredi	35
FIGURA 4 – Sicredi e sua Estrutura	36
FIGURA 5 – Organograma de uma cooperativa do sistema Sicredi	38
FIGURA 6 – Organograma da URDC Santa Maria.....	40

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Usuários das Demonstrações Financeiras.....	17
QUADRO 2 – Comparativo entre bancos e cooperativas de crédito	30
QUADRO 3 – Comparativo da Carteira de Crédito.....	58
QUADRO 4 – Comparativo Capital Social X Associados	61

Definição de Termos

A seguir cita-se alguns vocabulários comuns no desenvolvimento das atividades nas cooperativas de crédito:

Colaboradores – funcionários das cooperativas de crédito.

Comitê de Crédito – reunião realizada para discussão e aprovação de liberações de crédito aos associados.

Cooperativa Padrão – são parâmetros ou índices estabelecidos pelo sistema Sicredi como forma ideal de cooperativa, onde se faz um comparativo deste ideal com a cooperativa analisada.

Desenquadramento – é quando uma cooperativa não atinge um índice estabelecido com ideal pela cooperativa padrão.

Fidelização de associados - é a relação que torna o associado mais próximo da cooperativa, fazendo com que quando possua uma necessidade, seja a nível financeiro ou social, procure a cooperativa pertencente para que essa o ajude.

Miniassembléias – reuniões realizadas em todas as localidades que possuem unidades de atendimento uma vez por ano, antes da realização da Assembléia Geral Ordinária, onde são discutidos os assuntos da pauta desta última.

Risco de Crédito – possibilidade de perda da cooperativa de crédito com relação aos recursos emprestados aos associados.

Unidades de Atendimento – local de funcionamento das cooperativas de crédito, que utilizam nomenclatura diferenciada das demais instituições financeiras (bancos).

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho aborda-se a consolidação e análise das demonstrações contábeis das cooperativas de crédito, sendo utilizados os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações de Resultado do Exercício e Notas Explicativas das Cooperativas de Crédito integrantes da URDC (Unidade Regional de Desenvolvimento e Controle) Santa Maria.

As URDCs prestam vários tipos de suporte, dentre eles na área contábil, às cooperativas de crédito integrantes do sistema SICREDI, sendo que a URDC Santa Maria atende as seguintes cooperativas: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Centro do Rio Grande do Sul, Cooperativa de Crédito Rural de Caçapava do Sul, Cooperativa de Crédito Rural de Faxinal do Soturno, Cooperativa de Crédito Rural de Nova Palma e Cooperativa de Crédito Rural Sepeense.

A visão que se têm das Cooperativas de Crédito é individual, o que pode causar uma distorção nas demonstrações financeiras, pois uma Cooperativa pode parecer que possui um grande potencial, porém, se comparada com outra, pode-se observar onde ela está deixando de produzir. Em vista disso, chegamos ao seguinte questionamento:

Quais os ganhos de informação contábil que ocorrem quando da realização da análise e consolidação dos demonstrativos contábeis das Cooperativas de Crédito integrantes da URDC Santa Maria?

Através do estudo sobre este questionamento realizou-se a análise individual das demonstrações contábeis das cooperativas de crédito e, posteriormente, a consolidação e a análise das demonstrações consolidadas das cooperativas de crédito, utilizando índices de desempenho, buscando os benefícios que tal consolidação traz para a URDC Santa Maria.

Para atingir o objetivo deste estudo, foram realizados os seguintes procedimentos: verificou-se os índices de rentabilidade das cooperativas; analisaram-se os índices de liquidez e ociosidade das cooperativas; verificaram-se os índices de inadimplência da carteira de empréstimos das cooperativas; realizou-se um comparativo do desempenho das

cooperativas frente aos índices adotados pela Cooperativa Padrão, verificando os pontos frágeis de cada cooperativa para ter um melhor direcionamento das ações e atividades da URDC Santa Maria.

Este estudo torna-se necessário devido ao Sicredi possuir 132 cooperativas de crédito, as quais realizam seus registros contábeis individualmente, podendo trazer distorções da análise individual e em conjunto.

Parte daí a importância da consolidação das demonstrações contábeis de forma que se busque uma melhor análise dos dados fornecidos por estes demonstrativos. Além disso, é de vital importância para as cooperativas de crédito integrantes do Sicredi que sejam aproveitadas idéias que vêm dando certo em algumas cooperativas em outras. Essas idéias poderão ser obtidas por meio deste estudo e auxiliar no processo de tomada de decisões das cooperativas de crédito.

Acrescido a isso, é importante que seja avaliado se estão ocorrendo distorções nas informações que serão verificadas por meio desta amostra, caso forem detectadas, poderão ser direcionadas ações no intuito de obter maior uniformidade das informações contábeis e uma correta análise das demonstrações das cooperativas de crédito.

Para o curso de Ciências Contábeis da UFSM torna-se interessante este estudo, pois como o trabalho realizou, também, uma revisão bibliográfica sobre as cooperativas de crédito, sendo aberto um novo leque de informações e conhecimentos sobre estas, e sobre a importância de serem abordadas por meio da consolidação e análise de suas demonstrações contábeis.

Como auxílio na realização do presente estudo foram utilizados como fontes, para a realização da revisão bibliográfica, primeiramente, livros, artigos de revistas, Internet, manuais e demais obras que abordem assuntos referentes ao tema, ou seja, contabilidade geral, consolidação das demonstrações contábeis, análise de balanços, cooperativismo.

Posteriormente, foram utilizados livros específicos, manuais internos do Sicredi, bem como sua página eletrônica, na realização da revisão bibliográfica sobre as Cooperativas de Crédito.

Após, foi realizado levantamento de dados das demonstrações contábeis das cooperativas de crédito integrantes da URDC Santa Maria.

Com base nestes dados, foi realizada a análise individual das cooperativas de crédito através de análise vertical, horizontal bem como de seus índices, e posteriormente a consolidação e análise das demonstrações contábeis consolidadas das cooperativas de crédito.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1. Contabilidade

Pesquisando sobre a origem da contabilidade, encontrou-se na obra de Nagatsuka (2002, p.1), a seguinte descrição:

“alguns estudiosos fazem remontar os primeiros sinais objetivos da existência das contas e os primeiros exemplos completos de contabilidade, mesmo sendo uma forma de contabilidade rudimentar, a aproximadamente 4.000 a.C. na civilização sumério babilonense”.

A contabilidade aprimorou-se de acordo com a necessidade de cada período histórico. O aparecimento da escrita, o surgimento da moeda, a prensa de Gutenberg, o descobrimento da América, a invenção da máquina a vapor que deu impulso à Revolução

Industrial, são marcos da nossa história que fizeram desencadear o desenvolvimento da ciência contábil.

Como descreve a citação acima, o desenvolvimento da contabilidade sempre esteve ligado à evolução da economia e ao crescimento do capitalismo. Em decorrência disso, surgiram diversas publicações na área da contabilidade, desde a teoria das Partidas Dobradas, de Luca Pacioli, até a complexidade das atividades econômicas das empresas na atualidade, o homem sentiu a necessidade de aperfeiçoar seus métodos de controle patrimonial e financeiro.

Através dessa evolução da contabilidade, algumas escolas se destacaram como precursoras desta evolução, sendo que as principais foram a Escola Italiana e a Escola Norte-americana.

A Escola Italiana teve como base à obra de Luca Pacioli sobre o Método das Partidas Dobradas (século XIV) – Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalita - que impulsionou e despertou em outros países o interesse em aprimorar suas técnicas contábeis, fazendo com que a escrituração contábil se desenvolvesse e ganhasse maior relevância. Com isso a Escola Italiana ganhou destaque e passou a dominar o cenário contábil mundial até os primeiros anos do século XX.

A partir daí, começou o domínio da Escola Norte-americana tendo em vista que a mesma aperfeiçoou as técnicas de registro criadas pela Escola Italiana e as técnicas de auditoria, advindas dos ingleses. Além disso, desenvolveu métodos didáticos de ensino da contabilidade como cita Nagatsuka (2002, p.4) que mostra a opinião de Iudicibus (2000, p.35):

“... nos livros de introdução à contabilidade, a essência da obra de autores americanos é a clareza e a didática da exposição. Partem de uma visão de conjunto dos relatórios emanados da contabilidade (o balanço principalmente) para, a partir daí, descer a um nível de detalhe dos lançamentos originários. O aluno tem muito maior interesse e facilidade em aprender dessa forma

do que na ordem inversa, pois é assim que evoluiu, historicamente a contabilidade.”

Cabe ressaltar que a Escola Norte-americana se destacou em relação à Escola Italiana por tratar o Método das Partidas Dobradas como uma técnica importante e já convencional não se fixando a ela, buscando novos conceitos e informações que pudessem desenvolver a contabilidade.

Já no Brasil, segundo Nagatsuka (2002, p.4) a formação profissional na área contábil começou por volta de 1754, onde surgiram os primeiros cursos superiores nos quais se formavam os chamados guarda-livros, denominação dada aos contadores da época. Dentre estas escolas, duas se destacaram no decorrer dos anos:

- 1902 – criação da Escola de Comércio Álvares Penteado, em São Paulo, adotando basicamente técnicas das escolas italiana e alemã (registro das operações financeiras ocorridas em uma empresa).
- 1946 – inauguração da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, seguindo os métodos utilizados pela escola norte americana – uso das informações contábeis para a gestão de negócios. Também foi criado, nesta época, um Centro de Pesquisas Contábeis, com a intenção de adaptar os métodos utilizados no Estados Unidos em nosso país.

Com o desenvolvimento da contabilidade no Brasil, foram surgindo regras e normativos a serem seguidos para um melhor desempenho das atividades contábeis, sendo estabelecidos como princípios pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) na resolução 750/1993. Sendo eles:

- Entidade: este princípio trata basicamente do patrimônio. Definindo as principais diferenças entre o patrimônio da empresa e o patrimônio dos sócios ou acionistas, ou seja que devem ser completamente distintos.

- Continuidade: este princípio estabelece que a contabilidade sempre visualiza a empresa como infinita, ou seja, o surgimento da empresa é com o registro do contrato social na Junta Comercial e nos órgãos públicos, sem que a mesma tenha prazo determinado para sua extinção.

- Oportunidade: este princípio mostra a importância do relato das variações patrimoniais, que devem ser registradas cronologicamente e em sua totalidade.

- Registro pelo Valor Original: os lançamentos contábeis devem ser registrados na contabilidade em seu valor original expresso em moeda corrente do país.

- Atualização Monetária: estabelece que os componentes patrimoniais devem ser ajustados devido à perda no poder aquisitivo em um ambiente inflacionário.

- Competência: este princípio trata da contabilização de receitas e despesas incorridas em um determinado período, independente de seu recebimento ou pagamento.

- Prudência: este princípio descreve que, quando se possui duas alternativas para contabilização, deve-se optar: no caso de bens, direitos e receitas pelo menor valor e, no caso de exigibilidades e despesas, pelo maior valor.

Após o conhecimento da história da contabilidade, das principais escolas que influenciaram sua evolução no país e no mundo e dos princípios fundamentais de contabilidade utilizados no Brasil, aborda-se a seguir a importância da contabilidade atualmente e seus principais objetivos nas empresas.

A contabilidade possui uma grande importância para se visualizar a situação da empresa, pois por meio do desempenho das atividades contábeis e suas demonstrações, verifica-se como estão alocadas as empresas no mercado atual, assim como pode-se estimar o seu potencial para o futuro, sendo que a contabilidade tem como uma das principais finalidades fornecer informações sobre o patrimônio, informações estas de ordem econômica e financeira, afim de facilitar as decisões para os usuários das informações contábeis.

Recorrendo-se à obra de Favero *et al* (1995, p.11), “na Contabilidade, os objetivos estão definidos como as informações que deverão ser geradas para que os diversos usuários possam tomar conhecimento da situação da organização em dado momento, com a finalidade de tomar as decisões que consideram necessárias”.

Complementando ainda, Strassburg (2004, p.35) relata que “o objetivo da contabilidade é o de fornecer subsídios, considerando as informações que possam ir ao encontro do foco dos usuários, ou seja, que possam satisfazer as suas necessidades no que tange a solução de seus problemas”.

No passado, a contabilidade era vista apenas como uma atividade operacional e burocrática. Com a evolução das empresas e da tecnologia a contabilidade está sendo considerada um sistema de informação indispensável para a tomada de decisões nas empresas.

De acordo com o conceito apresentado por Gelbcke (1994,p.59): “A contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização” .

Verificando-se a obra de Horngren *et al* (2002, p.04), este define contabilidade como: “o sistema de informação que mede as atividades do negócio, processa as informações em relatório e comunica os resultados para os tomadores de decisão.”

Em complemento disto Iudicibus (1998, p.21) apresenta um conceito mais amplo; “A Contabilidade, na qualidade de ciência aplicada, com metodologia especialmente concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer ente,...”

Para um melhor entendimento do assunto abordado observou-se a necessidade de conhecer o conceito de sistema de informação contábil, na obra de

Padoveze (2000, p.125) encontrou-se a opinião de vários autores que se aborda a seguir.

Para Barry E. Cushing “o termo sistema de informação contábil é definido como um conjunto de recursos humanos e de capital, dentro de uma organização, responsável pela preparação de informações financeiras e também das informações obtidas da coleta e processamento de transações”.

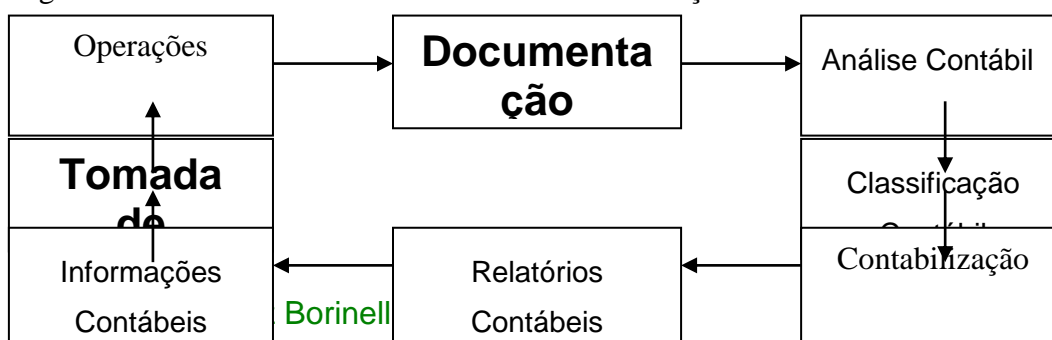
Stephen A. Moscove & Mark G. Simkin “...é um componente organizacional que acumula, classifica, processa, analisa e comunica informações financeiras relevantes para a tomada de decisões, para usuários externos (como fisco, investidores em potencial e credores), e internos (principalmente a administração)”.

Já Frederick H. Wu “um sistema de informação contábil é uma entidade ou um componente, dentro de uma organização, que processa transações financeiras para prover informações para operação, controle e tomada de decisões aos usuários”.

Contudo, para que os usuários do sistema de informação contábil tenham maior respaldo, Crepaldi (1999, p.20) argumenta que as informações contábeis necessitam de características essenciais, como ser confiável, ágil, elucidativa e fonte para a tomada de decisão.

Após esta elucidação, torna-se necessário conhecer um demonstrativo do fluxo da contabilidade como sistema de informação, para que os usuários tenham maior entendimento e aproveitamento das informações obtidas, com isso agregando e tornando a empresa mais rentável.

Figura 1 - A contabilidade como sistema de informação



Uma das ferramentas de auxílio para que a contabilidade seja considerada um sistema de informação são os demonstrativos financeiros, que segundo Ching (2003, p.10) devem fornecer as seguintes informações:

- úteis para apresentar aos potenciais credores e investidores por ocasião de suas decisões de investimento e concessão de crédito;
- compreensíveis para aqueles com razoável entendimento das atividades econômicas;
- a respeito dos recursos da empresa, de suas obrigações e dos efeitos das transações que possam alterar essas posições;
- sobre o desempenho financeiro da empresa em um dado momento;
- para ajudar os usuários a avaliar os valores, o tempo e a incerteza de possíveis valores a serem recebidos de dividendos e da venda de ações e/ou empréstimos.

Com isso certifica-se que as empresas necessitam cada vez mais de profissionais competentes e especializados em contabilidade para se obter maior eficiência e eficácia no desempenho de suas atividades e crescimento da empresa.

Em decorrência da utilização do sistema de informação contábil e profissionais competentes na área de contabilidade, algumas empresas tiveram grande crescimento, adquirindo empresas menores, com isso surgindo a necessidade de buscar meios de sintetizar as demonstrações de todas as empresas pertencentes ao grupo. Assim, utilizando a consolidação das demonstrações contábeis, este assunto será enfatizado a seguir.

2.2. Consolidação

A consolidação é utilizada pelas empresas controladoras para possuir uma visão como um todo das demonstrações contábeis de empresas pertencentes a ela, buscando maiores e melhores informações de natureza financeira e econômica.

Como embasamento teórico disto, Iudícibus (2000, p.404) diz que “isso permite uma visão mais geral e abrangente e melhor compreensão do que inúmeros balanços isolados de cada empresa... a análise individual das diversas demonstrações financeiras faz perder a visão do conjunto, do desempenho global do grupo”.

Reforçando a citação acima Oliveira (2001, p.77) argumenta que:

“Demonstrações contábeis consolidadas, a princípio, são o resultado da somatória das demonstrações contábeis de várias empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico... o objetivo desta consolidação é refletir o resultado das operações e a verdadeira situação econômica, patrimonial e financeira de todo o grupo de empresas sobre um único comando...”

As normas e regimento sobre os procedimentos utilizados para a consolidação das demonstrações contábeis estão descritos na Instrução nº 247/96 da CVM, onde no Art. 21 descreve que são obrigadas a efetuar a consolidação as companhias abertas e os grupos empresariais. E no Art. 22 encontram-se as demonstrações que são obrigatórias: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração das Origens e aplicações de Recursos, Notas Explicativas e outros quadros analíticos

necessários para esclarecimentos da situação patrimonial e dos resultados consolidados.

Além de observar as instruções da CVM, cabe citar que o princípio que dá respaldo a consolidação. Segundo Neves (2002, p.411) é o Princípio da Entidade, dizendo:

A dimensão administrativa e econômica do grupo de entidades sob controle único passa a ser evidenciada como constituindo uma única unidade de natureza econômico contábil e as demonstrações contábeis consolidadas são as peças de grande valor para determinados usuários das informações contábeis.

O Princípio da Entidade mostra a importância dos usuários das demonstrações contábeis e de como se deve trabalhar no intuito de realizar as demonstrações contábeis da forma que melhor agrada tais usuários, sem deixar de lado as orientações da CVM. Os principais usuários destas informações são: os investidores, os credores, os administradores e gerentes.

Do ponto de vista dos investidores e credores a consolidação mostrará de forma sintética a margem de retorno do valor investido e a capacidade de pagamento que a empresa possui.

Já para os administradores e gerentes as principais utilidades das demonstrações contábeis consolidadas segundo Oliveira (2001,p.79) são:

- melhor administração e gerenciamento dos recursos financeiros gerados e aplicados;
- fluxo de caixa global;
- avaliação das necessidades de recursos de terceiros e associados;
- reciprocidade bancária;
- melhor avaliação de desempenho isolada e global;
- melhor planejamento tributário;

- evitar pagamentos de tributos sobre lucros não realizados;
- decorrentes de operações entre empresas consolidadas.

Por outro lado, do ponto de vista societário e fiscal não há interesse nas demonstrações contábeis consolidadas, pois os cálculos dos dividendos e impostos são efetuados individualmente por cada empresa.

Além de ter as utilidades descritas acima e obter-se uma visão global das empresas pertencentes ao mesmo grupo, a consolidação das demonstrações contábeis é o primeiro passo para efetuar uma análise financeira da empresa.

Em vista disso, aborda-se a seguir as principais técnicas de consolidação descritas por Neves (2002, p.413):

“...a consolidação das demonstrações financeiras consiste em somar os valores correspondentes aos elementos contábeis semelhantes, existentes nas empresas que serão consolidadas, excluindo-se:

- a) as participações de uma sociedade em outra;
- b) os saldos de quais contas entre as sociedades;
- c) as parcelas correspondentes aos resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades, que constem no resultado do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados, do custo dos estoques ou do ativo permanente, das respectivas demonstrações contábeis”.

Neste estudo de caso, realiza-se a soma dos valores das respectivas contas, não havendo exclusões, pois são empresas distintas. Sendo efetuado para fazer uma verificação desta ferramenta e auxiliar na análise financeira, constatando se é de valia para a Unidade Regional de Desenvolvimento e Controle de Santa Maria.

2.3. Análise Financeira

A análise financeira é o meio de informação inicial para avaliar-se a situação de uma empresa, que, compilada com os índices financeiros, obter-se-á um retrato mais confiável e realista sobre a situação da empresa. Como embasamento desta opinião cita-se o conceito de alguns autores.

Segundo Matarazzo (2003, pág. 28) “A análise de balanços permite uma visão da estratégia e dos planos da empresa analisada; permite estimar o seu futuro, suas limitações e suas potencialidades”.

Complementando o conceito descrito acima Ching (2004, pág.100) afirma que:

De uma maneira geral, poderíamos dizer que, por meio dessa análise você seria capaz de:

- ✓ interpretar a situação econômico-financeira da empresa;
- ✓ identificar seus pontos fortes e fracos;
- ✓ medir sua capacidade de gerar lucro;
- ✓ identificar sua eficiência em gerenciar seus ativos.

Embora havendo possibilidade da identificação dos itens citados, não há regras específicas para a realização da análise de balanços, ou seja, mesmo que vários analistas tenham em mãos dados iguais para realizar uma análise, cada um pode obter um parecer distinto da situação da empresa.

Recorrendo à obra de Ludicibus (1998, p.21) encontrou-se a seguinte afirmação: “a análise de balanços é uma arte, pois, embora existam alguns cálculos razoavelmente formalizados, não existe forma científica ou metodologicamente comprovada de realizar os índices de maneira a obter um diagnóstico preciso”.

Braga (1995, p.140) também considera “a análise financeira é uma arte que reúne conhecimentos teóricos, experiência prática e, sobretudo, sensibilidade, argúcia, empenho e bom senso.”

Observando a análise financeira de outro ponto de vista, Silva (2004, pág.26) diz:

A análise financeira de uma empresa consiste num exame minucioso dos dados financeiros disponíveis sobre a empresa, bem como das condições endógenas e exógenas que afetam financeiramente a empresa...como condições endógenas podemos citar estrutura organizacional, capacidade gerencial e nível tecnológico da empresa. Como condições exógenas temos os fatores de ordem política e econômica, concorrência e fenômenos naturais, entre outros.

Avaliando os conceitos acima, cabe ressaltar que o analista deve obter um conhecimento prévio sobre o funcionamento da empresa, seus produtos e usuários, além disso, ter uma postura de equilíbrio e ponderação, para quando for solicitada sua apreciação em relação a problemas, apresentar alternativas e não um veredicto, pois o mesmo pode se tornar precipitado, prejudicando a situação da empresa diante do mercado. Evitando que os usuários das demonstrações contábeis obtenham informações distorcidas.

Cada usuário das demonstrações contábeis tem um interesse específico, conforme seu agente econômico na análise financeira das empresas. A seguir, será reproduzida uma Tabela dos usuários das demonstrações financeiras.

Quadro 1 – Usuários das Demonstrações Financeiras

USUÁRIO	QUESTÕES
Proprietários	Rentabilidade, valor do negócio? Aumentar ou diminuir investimentos?

Administradores	Que operações devem ser incrementadas/ reduzidas?
Fornecedores	Aumentar ou diminuir crédito?
Banco	Ceder Empréstimos?
Governo	IR calculado corretamente?
Funcionários	A empresa é lucrativa?
Concorrentes	Vendas, margem de lucro, rentabilidade?

Fonte: Hong Yuh Ching, 2004, p.100.

Não há uma regra quanto à periodicidade da análise financeira, sendo que o autor Ching (2004, p.101) aconselha que seja feita mensalmente, após o encerramento contábil do mês. Cabe ressaltar que quem define esta periodicidade são os interesses dos usuários das demonstrações financeiras.

É importante ter-se um raciocínio científico na análise financeira e estabelecer um cronograma para o desempenho das atividades. A seguir, cita-se o sugerido por Matarazzo (2003, p.20):

1. Extraem-se índices das demonstrações financeiras;
2. Comparam-se os índices com os padrões;
3. Ponderam-se as diferentes informações e chega-se a um diagnóstico ou conclusões;
4. Tomam-se decisões.

Dentre os diversos tipos de análise, a análise vertical, análise horizontal e análise através dos índices dará um embasamento prático para que seja efetuada a análise teórica.

A análise vertical é efetuada por meio do cálculo percentual da representatividade das contas em relação a um referencial. Como exemplo pode ser citado o Balanço Patrimonial onde normalmente é utilizado como referencial os totais de Ativo e Passivo.

Braga (1998, p.145) justifica que “a análise vertical fornece indicadores que facilitam a avaliação da estrutura do Ativo e das suas fontes de financiamento. Esses indicadores correspondem às participações percentuais dos saldos das contas e dos grupos patrimoniais sobre o total do Ativo (ou do Passivo + Patrimônio Líquido)”.

Recorrendo-se à obra de Ching (2003, p.102) o mesmo descreve que:

“Análise vertical do Balanço Patrimonial nos permite visualizar do lado do passivo a parcela de participação de cada fonte de recursos, isto é, de capital de terceiros e de capital próprio. Examinando os últimos exercícios podemos então verificar alguma mudança na política de aplicação e captação de recursos da empresa. A análise vertical do Demonstrativo de Resultado nos permite visualizar, de um ano para o outro, as variações do lucro bruto, do lucro operacional, do imposto de renda, das despesas operacionais e do lucro líquido no total das receitas líquidas”.

A análise horizontal é o cálculo das variações históricas das contas tomando como base um dos exercícios, normalmente o mais antigo. Como embasamento teórico, Braga (1998, p.143) argumenta que “a análise horizontal é realizada a partir de um conjunto de balanços e demonstrações de resultados consecutivos. Para cada elemento desses demonstrativos são calculados números-índices, cuja base corresponde ao valor mais antigo da série.”

Cabe ressaltar segundo Ching (2003, p.104) que “os percentuais de variação encontrados por meio da análise horizontal devem ser analisados com cuidado, pois nem sempre os maiores percentuais são os mais relevantes, pois isso dependerá do peso da participação do item do total da demonstração financeira”.

Fazendo uma relação entre as duas análises, pode-se observar que a análise vertical mostra as alterações estruturais ocorridas em diferentes períodos enquanto que a análise horizontal mostra a evolução em cada item específico, podendo indicar uma grande variação em uma conta que no contexto geral não tem grande significado. Com isso, observando a necessidade de utilização das análises em conjunto no intuito de atingir um resultado mais satisfatório.

Observando-se a obra de Silva (2004, p.236), este avalia as duas análises já mencionadas, dizendo que:

“No balanço podemos utilizar tanto a análise vertical quanto a horizontal. Usando-se a análise vertical, podemos conhecer a estrutura dos recursos aplicados no Ativo, bem como as fontes de recursos. Adicionalmente, se utilizarmos a análise horizontal, teremos a evolução de cada item em relação ao primeiro ano da série utilizada para análise”.

A análise dos índices vem a complementar as análises vertical e horizontal e fornece uma visão da empresa comparando-se com os padrões estabelecidos para o seu segmento de mercado. Segundo Ching (2003, p. 106) pode-se classificar os índices em quatro grandes grupos: Índices de Liquidez, de Endividamento, de Rentabilidade e de Eficiência.

- Índice de Liquidez: este índice mostra a capacidade de pagamento da empresa a curto ou longo prazo, conforme o quociente adotado, sendo que os principais são: liquidez corrente, seca, imediata e geral.

- Índices de Endividamento: com este índice verifica-se o percentual de capital de terceiros aplicados na empresa, ou seja, a necessidade da empresa em utilizar recursos externos.

- Índices de Rentabilidade: verifica o retorno que a empresa está obtendo no desempenho de suas atividades, sejam operacionais, financeiras ou comerciais, isto é, mostra se a empresa está conseguindo o retorno desejado destes investimentos ou necessita rever suas estratégias empresariais.

- Índices de Eficiência: revela a rotatividade de renovação dos estoques, de recebimentos e pagamentos, assim como o giro destas contas. Em outras palavras, são os índices que calculam o tempo que se tem desde a compra de matéria-prima até o recebimento da venda dos produtos da empresa, também chamado ciclo operacional.

A análise de somente um dos quocientes acima citados trará uma visão deficitária da empresa, por isso para se obter uma análise mais realista deve ser utilizada juntamente com outros quocientes. Pois, como Braga (1998, p.151) argumenta

“com o conjunto de diferentes índices de uma mesma posição, passaríamos a contar com maior número de informações, e o confronto entre as mesmas já permitiria formar algum tipo de juízo sobre a empresa. Todavia, ainda nos faltariam elementos para emitir uma opinião completa e objetiva. Tais elementos surgiriam mediante comparações dos referidos índices com outros de mesma natureza da própria empresa ou de outras empresas”.

Cabe salientar a importância da utilização das três análises citadas em conjunto para se obter uma análise mais coesa, como descreve Matarazzo (2003, p.249), onde apresenta uma relação entre as três análises, dizendo:

A análise através dos índices financeiros é genérica; relaciona grandes itens das demonstrações financeiras e permite dar uma avaliação à empresa. A análise vertical/horizontal desce a um nível de detalhes que não permite esta visão ampla da empresa, mas possibilita localizar pontos específicos de falhas, problemas e características da empresa e explica os motivos de a empresa estar em determinada situação.

Porém, deve-se esclarecer que além das análises citadas, o analista pode utilizar outras ferramentas como auxílio para a formação de sua opinião, conforme afirma Ludicibus (1998, p.133) “...é bom lembrar que a análise de balanços não é realizada apenas através de quocientes. Comparações de balanços em várias datas, gráficos mostrando evolução de itens em várias datas, estabelecimento de tendências, histogramas de freqüências, etc., fazem parte do arsenal a disposição do analista...”

Por meio da utilização destes três tipos de análises e conhecimento histórico das empresas, acredita-se que obter-se-á um embasamento prático e teórico importante para que se possa partir para a análise teórica das demonstrações contábeis das cooperativas de crédito. Além disso, para que seja realizada uma análise completa e eficaz é necessário que se conheça bem as cooperativas de crédito, sua história, suas principais

características e objetivos. Assim sendo será abordado o histórico a seguir.

2.4. Cooperativas

As cooperativas são sociedades constituídas por indivíduos com interesses em comum, pertencentes ao mesmo grupo econômico ou social que objetiva desempenhar atividades econômica em benefício de todos.

Fundamentando este conceito o Manual sobre Cooperativismo da Ocergs (Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul) diz que: “Cooperativa é a organização de, pelo menos vinte pessoas físicas unidas pela cooperação e ajuda mútua, com gestão democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns, cujos aspectos legais e doutrinários são distintos de outras sociedades.”

Recorrendo à obra de Schardong (2003, p.81) encontram-se conceitos de cooperativa de alguns autores, como por exemplo, Walmor Franke (1973, p.11), que diz “...é essencial no conceito de cooperativa, que esta promova a defesa e a melhoria da situação econômica dos cooperados, quer obtendo para eles os mais baixos custos nos bens e serviços que necessitam, quer colocando, no mercado, a preços justos, os bens e serviços que produzem”.

Complementando, Meinen (2002, p.12), aponta a sociedade cooperativa como entidade pautada por valores apolíticos e não segregacionistas que se molda aos diferentes regimes de governo e formas de Estado. Afirma o autor, que as sociedades cooperativas respeitam as diretrizes básicas do capitalismo, pois atuam no mercado competitivo das demais espécies de sociedades ao tempo em que objetivam agregar renda às atividades dos cooperados.

Os conceitos de cooperativismo somente foram criados após a constituição da primeira sociedade cooperativa, conforme se verificou no Manual sobre Cooperativismo da OCERGS (2001,p.08), ela surgiu como reação do mundo operário camponês à grave situação de exploração, durante a primeira fase da Revolução Industrial (1844).

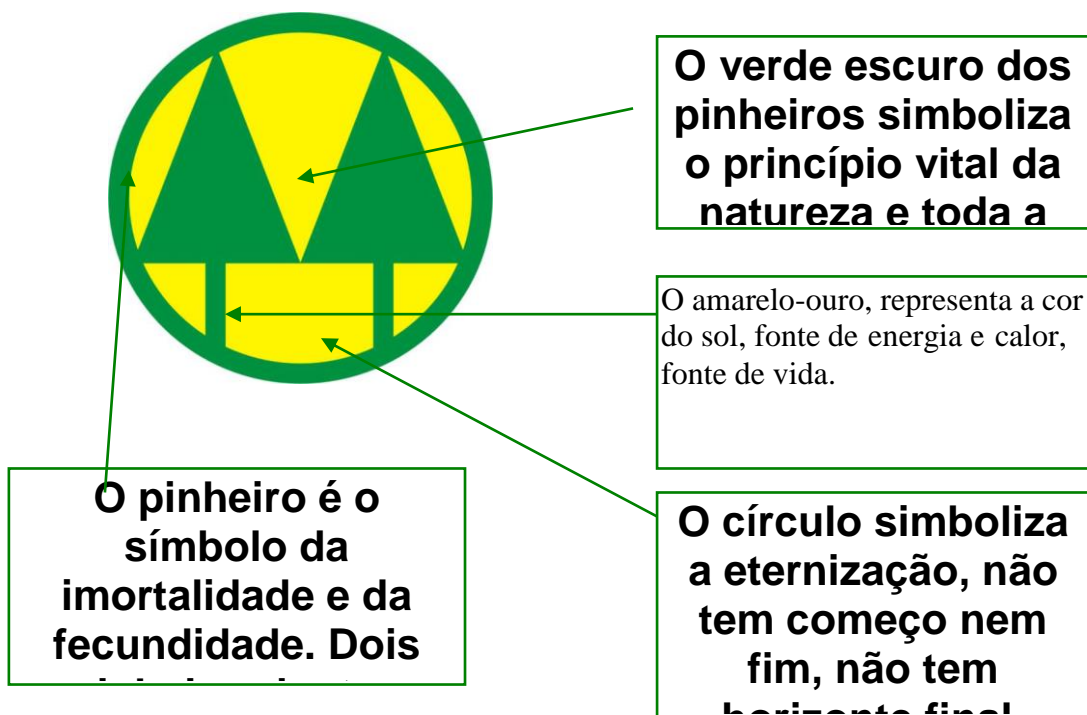
Como berço do cooperativismo tem-se a Inglaterra, onde 27 tecelões e uma tecelã juntaram-se a outros profissionais iniciando assim a história do cooperativismo, sendo organizada uma cooperativa de consumo bem sucedida, que se chamou “Sociedade dos Probos” Pioneiros de Rochdale.

Esta sociedade selecionou princípios para atingir seus objetivos, os quais, ainda hoje, norteiam o funcionamento de qualquer cooperativa. Conforme descrito por Oliveira (1984, p.31), são eles:

- adesão voluntária e livre;
- gestão democrática;
- participação econômica;
- autonomia e independência;
- educação, formação e informação;
- intercooperação;
- interesse pela comunidade.

Este tipo de sociedade adotou como símbolo um círculo com dois pinheiros nas cores verde e amarelo. Sendo explicado seu significado a seguir:

Figura 2 – Símbolo do Cooperativismo



Segundo Carneiro (1981, p.186) com o passar dos anos o cooperativismo se expandiu e começou no Brasil por meio de cooperativas de trabalho de médicos – classe ligada à burguesia, sendo que a legislação brasileira no princípio ignorava este tipo de sociedade e foi instituída a Lei 5764/71 que regulamentou o funcionamento das mesmas.

No art 4º desta Lei, verificou-se o conceito e as principais características das cooperativas:

Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

I – adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços.

II – variabilidade do capital social representado por quotas-partes.

III – limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento das obrigações sociais.

IV – inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade.

V – singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade.

VI – ‘quorum’ para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não do capital.

VII – retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral.

VIII – indivisibilidade dos Fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social.

IX – neutralidade política e discriminação religiosa, racial e social.

X – prestação de assistência aos associados, e , quando prevista nos estatutos, aos em pregados da cooperativa.
XI – área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviço.

Atualmente, devido às dificuldades sociais e econômicas, a população procura no cooperativismo, alternativas para crescimento pessoal e financeiro, com isso surgem a cada dia novos segmentos de cooperativas, como exemplo tem-se a descrição da Ocergs:

- Agropecuário: constituída por cooperativas de produtores rurais, agropastoris ou de pesca, cujos meios de produção pertençam ao cooperante. Este sistema oferece aos cooperados: prestação de serviços, desde assistência técnica, armazenagem, aquisição de insumos, industrialização e comercialização dos produtos até assistência social e educacional. Sua denominação deve ser: Cooperativa dos Produtores de ...
- Consumo: constituída por cooperativas dedicadas à compra em comum de artigos de consumo e de uso doméstico para seus cooperantes. Assemelham-se muito aos supermercados. Sua denominação deve ser: Cooperativa de Consumo...
- Educacional: constituída por cooperativas de professores, de alunos de escolas agrícolas e de cooperativas de pais de alunos. Sua denominação deve ser : Cooperativas dos Alunos da Escola Agrícola.. ou Cooperativa de Pais...
- Especial: constituída por cooperativas não plenamente autogestionadas, formadas por pessoas que necessitam de um tutor ou curador para representa-las, conforme as exigências legais para seu funcionamento. Neste segmento estão as cooperativas constituídas por: silvícolas, deficientes físicos e mentais e outros como, por exemplo, presidiários, pessoas egressas de prisões, adolescentes em idade para o trabalho. Sua denominação deve ser: Cooperativa de Alunos da Escola Especial... ou Cooperativa de Deficientes Mentais...
- Habitacional: constituída por cooperativas cujo

objetivo é a resolução de problemas de moradia para seus cooperados, através de construção, manutenção e administração de residências, etc. Sua denominação deve ser: Cooperativa Habitacional...

- Infra-Estrutura: antes denominado “Energia/Telecomunicação e Serviços”. Hoje o ramo de infraestrutura, pe composto pelas cooperativas cuja finalidade é atender direta e prioritariamente ao próprio quadro social. Neste ramo estão incluídas as cooperativas de limpeza pública, de segurança e de eletrificação. Sua Denominação deve ser: Cooperativa de Eletrificação Rural... ou Cooperativa de Telefonia Rural...

- Mineral: Composto por cooperativas cuja finalidade é pesquisar, extrair, lavrar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais. A denominação deve ser: Cooperativa de Mineração de Pedras... ou Cooperativa de Mineradores de...

- Produção: constituída por cooperativas nas quais os meios de produção explorados pelo quadro social pertencente à cooperativa e aos cooperantes formam o seu quadro, diretivo, técnico e funcional, e cuja denominação deve ser: Cooperativa Produtora de Eletrodomésticos... ou Cooperativa Produtora de...

- Saúde: constituída por cooperativas de médicos, odontólogos, psicólogos e atividades afins, cuja denominação deve ser: Cooperativa de Médicos... ou Cooperativa de Odontólogos... ou Cooperativa de Usuários de Serviços Médicos e Afins...

- Trabalho: constituída de profissionais que prestam serviços a terceiros, cuja denominação deve ser: Cooperativa dos Taxistas... ou Cooperativa dos Artesões... ou Cooperativa de Trabalho de...

- Turismo e Lazer: composto por cooperativas que atuam no setor de turismo e lazer, que visam organizar as comunidades para disponibilizarem seu potencial turístico. Sua denominação deve ser: Cooperativa de Lazer e Turismo...

- Crédito: constituída por cooperativas de crédito rural e urbano. É um dos ramos mais dinâmicos do cooperativismo. A partir da década de 80 o cooperativismo de crédito vem buscando novamente ocupar seu espaço, apesar de todas as dificuldades que

lhes são impostas. No cooperativismo de crédito há um grande comprometimento com o desenvolvimento local, pois retém a poupança a comunidade onde está inserida, fazendo-a girar entre os seus cooperados e produzindo efeitos multiplicadores. Sua denominação deve ser: Cooperativa de Crédito Rural... e Cooperativa de Economia e Crédito Mutuo...

Para melhor desenvolvimento direcionou-se este estudo para as cooperativas de crédito.

2.4.1. Cooperativa de Crédito

A história das cooperativas de crédito guarda relação direta com o desequilíbrio da distribuição de renda e de alocação das riquezas, quadro que, na fase de concepção do movimento (meados do século XIX), se via agravado pelas repercussões da Revolução Industrial. No Brasil, tal qual na Europa, a presença das Cooperativas de Crédito tem a ver com a situação econômico social adversa, conforme Guia do Colaborador Sicredi.

No Brasil, segundo Pinho (2004, p.232) a primeira cooperativa de crédito foi trazida da Europa pelo Padre Theodor Amstad, e instituída no município de Nova Petrópolis no ano de 1902. Teve como objetivo reunir as sobras de recursos dos imigrantes para direcionar os mesmos a serviço de todos.

Os frutos desta obstinada ação de Amstad em favor do cooperativismo não tardaram a aparecer, inicialmente no Rio Grande do Sul e mais tarde em outros estados do país. A idéia do cooperativismo se materializou em mais de 60 instituições espalhadas pelo Rio Grande do

Sul, e foram constituídas sob a denominação Caixas União Popular Raiffeisen.

Com o tempo as cooperativas de crédito foram criadas com os mais diversos objetivos, porém, cabe salientar o objetivo principal segundo Schardong (2003 p.82): “a cooperativa de crédito, enquanto espécie do gênero “cooperativa”, objetiva promover a captação de recursos financeiros para financiar as atividades econômicas dos cooperados, a administração de suas poupanças e a prestação dos serviços de natureza bancária por eles demandada”.

No intuito de atingir tal objetivo, Schardong (2003, p.73) argumenta que as instituições cooperativas devem definir valores éticos e princípios de gestão para auxiliar no desempenho de suas atividades e ajudar a definir os destinos do empreendimento. Dentre os diversos existentes, destacam-se:

- valorização inegociável da forma cooperativa de ser;
- desenvolvimento assentado na valorização do associado;
- observância dos normativos oficiais e internos do sistema bem assim dos princípios técnicos e científicos aplicáveis na condução das operações e demais atividades;
- transparência ao quadro social e acionistas;
- neutralidade político partidária dos administradores, executivos e colaboradores;
- a concentração do poder decisório nas cooperativas de crédito singulares.

Cabe salientar, também, os principais tipos de cooperativas de crédito instituído no art 6º do Regulamento anexo à Resolução nº 3106/03 do Conselho Monetário Nacional, citados no folder Conheça o Sicredi:

- Cooperativa de Empregados e servidores: formado por pessoas físicas com vínculo na empresa ou órgão público e pessoas jurídicas sem fins lucrativos.

- Cooperativa de Profissionais e Trabalhadores: formado por pessoas físicas que exercem a mesma atividade econômica, pessoas jurídicas sem fins lucrativos ou com fins lucrativos que pertençam ao mesmo ramo.

- Cooperativa de Crédito Rural: formada por pessoas que desenvolvem atividades de forma efetiva e predominante, na área de atuação da cooperativa, sejam agrícolas, pecuárias ou extrativas.

- Cooperativa de Microempresários, Pequenos Empresários e Microempreendedores: poderão associar as pessoas físicas e jurídicas que exploram atividade de natureza industrial, comercial, agropecuária, agroindustrial ou de prestação de serviço que respeitam o art. 2 da Lei 9841/1999.

- Cooperativa de Livre Admissão de Associados: todas as pessoas físicas e jurídicas sem fins lucrativos, bem como as pessoas jurídicas que exerçam atividades econômicas correlatas às das pessoas físicas associadas.

Independente do tipo de cooperativa de crédito, todas estão autorizadas a realizar operações e serviços típicos do mercado financeiro, porém, não deixando suas raízes, pois trabalha em prol de seus associados, como se pode observar no quadro a seguir:

Quadro 2 – Comparativo entre bancos e cooperativas de crédito

BANCOS	COOPERATIVAS DE CRÉDITO
São sociedades de capital	São sociedades de pessoas
O poder é exercido na proporção do número de ações	O voto tem peso igual para todos
As deliberações são concentradas	As decisões são partilhadas entre muitos
O administrador é um terceiro	O administrador é do meio
O usuário não exerce qualquer influencia na decisão do preço dos produtos	Toda política operacional é decidida pelos proprietários usuários/donos
Podem tratar distintamente cada usuário	Não podem distinguir
Preferem o grande poupador e as maiores corporações	Não discriminam, voltando-se mais para os menos abastados

Priorizam os grandes centros	Não restringem, tendo forte atuação nas comunidades mais remotas
Têm propósitos mercantilistas	A mercancia não é cogitada
A remuneração das operações e dos serviços não tem parâmetro/limite	O preço das operações e dos serviços visa à cobertura de custos
Atendem em massa, priorizando, ademais, o auto serviço	O relacionamento é personalizado / individual, com apoio da informática
Não têm vínculo com a comunidade ou público alvo	Estão comprometidas com as comunidades e os usuários
Avançam pela competição	Desenvolvem-se pela cooperação
Visam ao lucro por excelência	O lucro está fora do seu objetivo
O resultado é de poucos donos	As sobras são distribuídas entre todos, na proporção das operações individuais, reduzindo ainda mais o preço final pago pelos cooperativados
No plano societário, são regulados pela Lei das Sociedades Anônimas	São regulados pela Lei Cooperativista

**Fonte: Ênio Meinem, Jefferson Nercolini
Domingues e Jane Aparecida Stefanos Domingues
(2003)**

Como se observa no quadro acima, as cooperativas de crédito se assemelham aos bancos apenas no que diz respeito a serviços prestados, como por exemplo cartões de débito e crédito, seguros, financiamentos; mas no restante é visível a diferença entre estas e as instituições financeiras.

Conforme cita Pinho (2004, p.239) existem várias comunidades que não possuem estabelecimento bancário pois as mesmas possuem pouca rentabilidade para estas instituições, que visam apenas lucros, enquanto que as comunidades onde existem cooperativas de crédito vêm a aplicações dos recursos investidos na cooperativa retornar aos associados ou ser aplicado no desenvolvimento da comunidade.

Complementando a citação e o comparativo acima, as cooperativas de crédito buscam crescer juntamente com seus associados, procurando atender as necessidades e resolver os problemas da comunidade, tanto na questão financeira quanto social, pois seguindo seus princípios e diretrizes fundamentais o cooperativismo acredita que, se a comunidade estiver bem a cooperativa ali inserida também estará bem, ou seja, crescerá.

3 ESTUDO DE CASO

3.1. Sicredi

3.1.1 Evolução Histórica

Os dados a seguir foram extraídos do Guia do Colaborador Sicredi, para se ter um conhecimento e entendimento melhor deste sistema onde será mostrada a evolução histórica e diretrizes do referido.

Influenciado pelas graves dificuldades financeiras vividas pelos colonos da região, o padre suíço Theodor Amstab, criou em 1902, na Linha Imperial, Nova Petrópolis (RS), a primeira Cooperativa de Crédito brasileira. Em 1906, no município de Lajeado, o padre liderava a abertura da primeira cooperativa de crédito do tipo Luzzatti, aberta ao público, livre associação, hoje conhecida como Sicredi Pioneira. O padre Theodor fundou 34 cooperativas entre os anos de 1902 e 1940, em vários municípios do Estado.

Desde a constituição da primeira Cooperativa de Crédito até meados de 1964, já havia 66 cooperativas de crédito que exerciam papel expressivo no sistema financeiro do Rio Grande do Sul e eram conhecidas como Caixas Populares Raiffeisen.

Porém, em 1964 foi aprovada a reforma bancária – Lei 4595/64 e a institucionalização do crédito rural – Lei 4829/65, o que trouxe restrições normativas e perda de competitividade, fazendo desaparecer 50 cooperativas de crédito no Estado, mais precisamente no período entre 1970 e 1980.

Em 1980, foi constituída pelas cooperativas remanescentes a Cooperativa Central de Crédito Rural do Rio Grande do Sul Ltda – COCECRER, patrocinada pelas nove cooperativas de crédito remanescentes, com o objetivo de reorganizar o sistema no Estado e assumir parte de suas funções no financiamento rural.

Nos anos seguintes, os estados do Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul constituíram cooperativas de crédito que adotaram a denominação COCECRER. Em 1992, por decisão de todas as Cooperativas, foi unificada a denominação COCECRER e suas filiadas, passando a ser SICREDI CENTRAL acrescido da sigla do estado, e SICREDI acrescido do nome do município sede, em representação ao Sistema de Crédito Cooperativo do Rio Grande do Sul.

Em 1995, autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional, as cooperativas de crédito integrantes do SICREDI RS constituíram o Banco Cooperativo SICREDI S/S – BANSICREDI para ter acesso a produtos e serviços bancários vedados às cooperativas pela legislação vigente e administrar em maior escala os seus recursos financeiros. No mesmo ano, o Bansicredi passa a funcionar também no Estado do Paraná para maior fortalecimento do sistema SICREDI, tornando-se assim um Banco Interestadual. Em 1998, o Bansicredi passa a atender também os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

No ano de 2000, foi constituída em Porto Alegre/RS, a Confederação Interestadual das Cooperativas ligadas ao SICREDI – SICREDI SERVIÇOS, com a função de fazer a representação institucional do sistema e suprir as demandas Jurídico-Normativas, tecnológicas e de políticas corporativas de supervisão, gestão de pessoas e expansão.

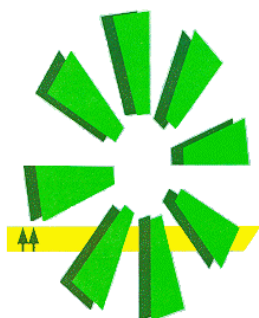
Neste mesmo ano, são constituídas a Corretora de Seguros do Cooperativismo de Crédito – CORSECOOP e a Administradora de Cartões - BC CARD, com o intuito de satisfazer e fidelizar os associados e clientes bem como agregar resultado ao Sicredi.

Em 2001, são constituídas as primeiras Unidades de Processamento Regionais - UPR, hoje denominadas Unidades Regionais de Desenvolvimento e Controle – URDC. Nesse mesmo ano, iniciam-se as instalações de antenas para interligação das cooperativas através do sistema on-line.

Em 2002, é constituída a Sicredi Central em São Paulo. E em 2003, o Sicredi passa a atuar no estado de Santa Catarina.

Cabe visualizar que o símbolo adotado pelo sistema Sicredi é o cata-vento, gerador de energia e conforto dentro dos atuais conceitos de fontes renováveis de preservação e ecologia, acompanhado por dois pinheiros, símbolo do cooperativismo; como é demonstrado a seguir:

Figura 3: Símbolo do Sicredi



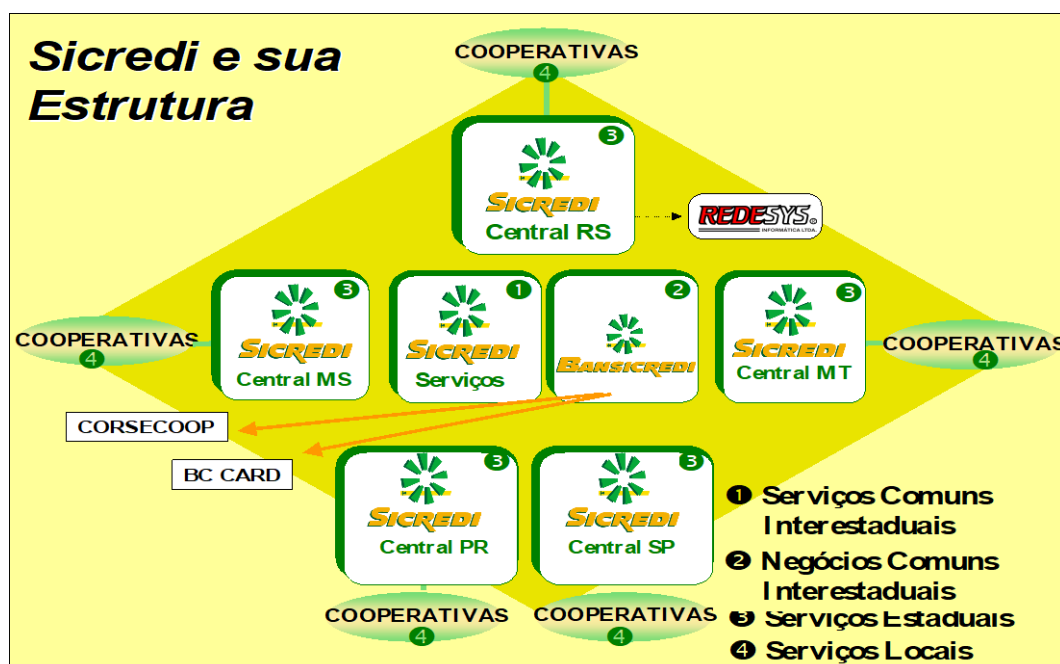
Fonte: Manual do colaborador do Sicredi

Atualmente, o SICREDI atua em seis estados do país: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo e apresenta a seguinte estrutura:

- 132 cooperativas (com mais de 800 Unidades de Atendimento);
- 5 Centrais Estaduais;
- 1 Confederação Interestadual de Serviços – SICREDI Serviços;
- 1 Banco Cooperativo – BANSICREDI;
- 1 Corretora de Seguros – CORSECOOP;
- 1 Administradora de Cartões – BC CARD;
- 1 Empresa de Informática – REDESYS.

Para obter-se um melhor entendimento do funcionamento do Sicredi, apresenta-se, a seguir, o organograma do sistema:

Figura 4: Organograma do Sistema Sicredi



Fonte: Manual do Colaborador Sicredi.

3.1.2 Diretrizes

Com o crescimento do sistema SICREDI, houve a necessidade de estabelecer diretrizes que garantissem tal êxito. Para elaboração deste, houve a participação de todas as empresas do SICREDI, onde ocorreram inúmeros encontros e discussões, alinhando idéias para definição de função, visão, missão, valores, objetivos e estratégias que servirão de norteadores de todo o sistema. A seguir, descreve-se os conceitos mencionados acima, que foram extraídos do Manual de Comunicação do Sicredi.

Função: “Como instituição financeira da comunidade, proporcionar a realização das operações e oferecer os produtos demandados, valorizando o relacionamento com os associados e a comunidade”.

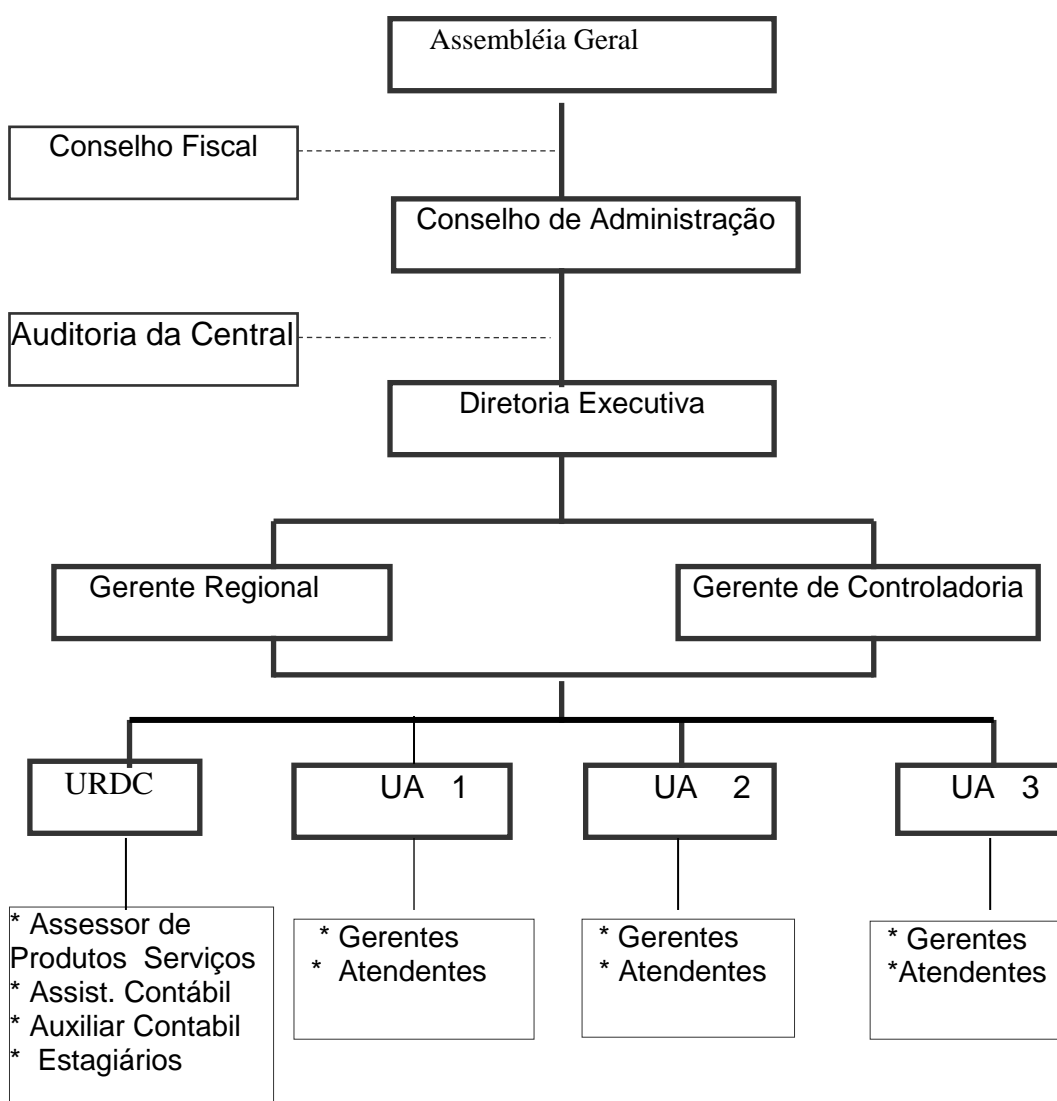
Visão: “Ser o melhor sistema de crédito cooperativo do país”

Missão: “Como sistema de crédito cooperativo, valorizar o relacionamento, oferecer soluções financeiras para agregar renda e contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados e da comunidade”.

Valores: preservação irrestrita da natureza cooperativa do negócio; respeito à individualidade do associado; valorização e desenvolvimento das pessoas; preservação da instituição como sistema; respeito às normas oficiais e internas e transparência na gestão.

Além de destacar as diretrizes que movem o Sistema Sicredi, cabe visualizar a organização e hierarquia de uma cooperativa de crédito pertencente ao sistema.

Figura 5: Organograma de uma Cooperativa do Sistema Sicredi



Fonte: Manual do colaborador do Sicredi

Como se pode observar no organograma, a Unidade Regional de Desenvolvimento e Controle (URDC) trabalha em conjunto com as Unidades de Atendimento e o Gerente de Controladoria, sendo ela responsável pela preparação das informações contábeis das cooperativas

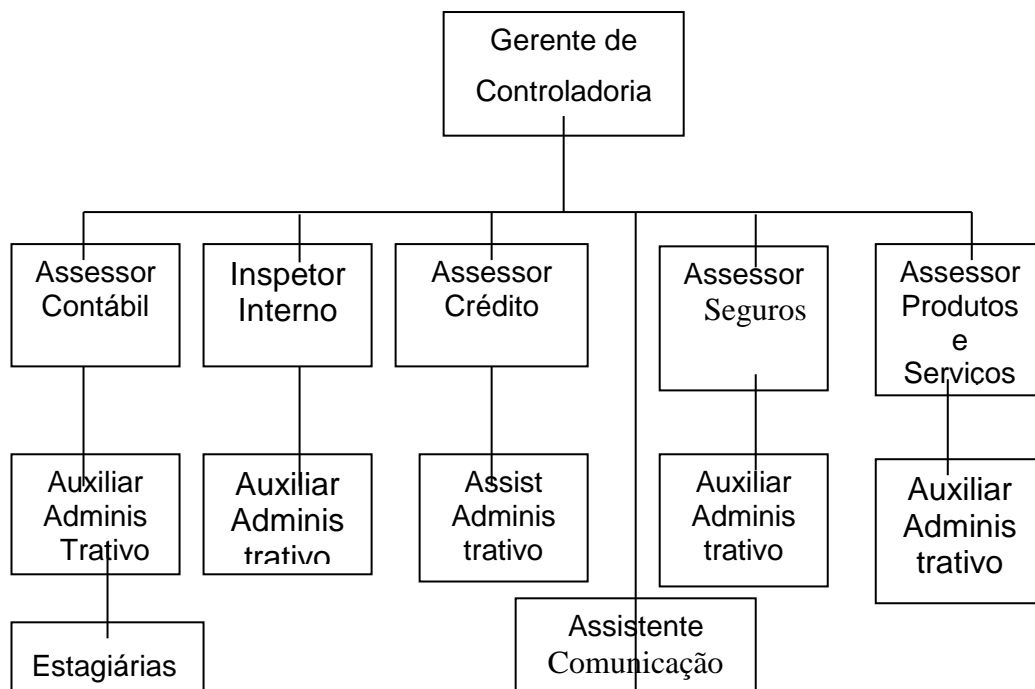
de crédito, com isso no intuito de auxiliar este estudo, será enfatizado o trabalho realizado pela mesma.

A URDC foi instituída com o objetivo de auxiliar e agilizar o trabalho nas Unidades de Atendimento, dando suporte para possíveis problemas que ocorram no cotidiano e orientações de melhorias no funcionamento das mesmas. Este suporte é realizado em diversas áreas, sendo que as principais são: Crédito, Produtos e Serviços, Comunicação, Contabilidade e Inspeção Interna.

Para um bom desempenho das atividades realizadas na URDC, cabe ao Gerente de Controladoria administrar a gestão de pessoas além de ser responsável pelas informações contábeis e administrativas das cooperativas de crédito integrantes da URDC.

Buscando uma melhor visualização desta Unidade, destaca-se o organograma abaixo.

Figura 6: Organograma da URDC Santa Maria



Fonte: Manual do colaborador do Sicredi

Como este estudo aborda a consolidação e análise das demonstrações contábeis, se enfatiza a seguir o funcionamento da contabilidade nas cooperativas de crédito.

3.1.3 Contabilidade

A URDC realiza todos os procedimentos contábeis das cooperativas de crédito, como a conciliação diária das contas, recolhimento de tributos, folha de pagamento, contabilização e pagamento de empresas terceirizadas, fechamento e publicação de balanço.

A conciliação diária é realizada nas contas das cooperativas no Bansicredi, na conta caixa, e nas contas que envolvem documentos ligados à compensação.

O recolhimento de tributos como: CPMF, IOF, IR sobre terceiros e sobre aplicações financeiras é realizado semanalmente. Já o recolhimento de PIS, COFINS e ISS é efetuado mensalmente. No entanto, o IR e a CSLL são calculados através da apuração do lucro real, que se faz trimestralmente.

Na parte de recursos humanos é realizada a conciliação mensal da folha de pagamento bem como seleção e recrutamento de colaboradores.

A contabilização e lançamento de notas fiscais de empresas terceirizadas, como por exemplo vigilância, limpeza e transporte de valores é efetuada todo mês.

Até o quinto dia útil do mês, é realizado o fechamento da contabilidade onde são apuradas as sobras das cooperativas. Também são realizadas provisões para o mês seguinte, conciliação das demais contas e geração dos documentos exigidos pelo Banco Central. Sendo que, a apuração do balanço é efetuada semestralmente bem como sua publicação.

Após a apuração do balanço do segundo semestre as cooperativas realizam miniassembléias regionais onde são discutidas propostas para destinação das sobras do exercício. Sendo o resultado destas levado à Assembléia Geral Ordinária para apreciação e aprovação por parte dos associados.

A contabilidade das cooperativas de crédito segue o Plano de Contas adotado pelo Sistema Financeiro Nacional – Cosif e as normas e procedimentos exigidos pelo Banco Central.

A URDC, além de realizar os procedimentos acima citados, faz um acompanhamento do desempenho das cooperativas individualmente através de suas demonstrações contábeis juntamente com o comparativo dos Índices da Cooperativa Padrão (conforme anexo I). Devido a isso, surgiu o questionamento de como seria realizar um estudo de caso abordando as demonstrações contábeis das cooperativas consolidadas e não apenas individualmente.

Para tanto, a seguir, realiza-se uma análise individual das cooperativas e, posteriormente, a análise consolidada das mesmas.

3.1.4 Plano de Contas das Cooperativas de Crédito

Antes da realização das análises das demonstrações contábeis das cooperativas de crédito, aborda-se alguns significados das contas que fazem parte do balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício.

Centralização Financeira - Resolução 3238 do BACEN, que diz no seu art. 2º inciso I, “destina-se ao registro contábil, nas cooperativas filiadas, nas transferências de suas sobras de caixa, para suas cooperativas centrais, decorrentes do ato cooperativo denominado centralização financeira”.

Pagamentos Recebimentos a Liquidar – classificam-se os

chamados cheques Nossa Remessa, ou seja, cheques e outros papéis de outras instituições financeiras depositados em conta corrente de associados e enviados a compensação diariamente.

Recebimentos e Pagamentos a liquidar – cheques Sua Remessa, ou seja, cheques compensados em outras instituições e enviados para debito na conta dos associados.

Repasses Interfinanceiros – classificam-se as obrigações por empréstimos junto às diversas Instituições Financeiras, onde na maioria o Bansicredi é o intermediário.

Sociais e Estatutárias – classifica-se aqui o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, conforme Lei 5764/71. O Fates destina-se a prestação de assistência técnica, educacional e social aos associados, seus familiares e colaboradores da cooperativa.

3.1.5 Análise Individual das Cooperativas de Crédito

3.1.5.1 Cooperativa de Crédito Rural de Faxinal do Soturno – CCR Faxinal do Soturno (Anexo II)

A CCR Faxinal do Soturno possui duas Unidades de Atendimento, que atendem os municípios de São João do Polesine e Faxinal do Soturno. A seguir, apresenta-se a análise das demonstrações contábeis da mesma.

O Ativo total da cooperativa teve um crescimento de 13% de 2003 a 2004, esse crescimento deve-se principalmente ao Ativo Circulante e Ativo Permanente.

O Ativo Circulante obteve um crescimento nas Operações de Crédito de 45% devido à mudança no critério de classificação dos títulos que no ano de 2003 eram classificados como longo prazo, além disso, a conta Provisão para créditos de liquidação duvidosa teve um aumento em proporção maior do que as operações de crédito conforme Notas Explicativas – Anexo II.

Outra observação importante é a inclusão da conta Centralização Financeira (conforme Notas Explicativas – Anexo II) no Balanço Patrimonial que, até o ano de 2003, estava incluída no Grupo Disponibilidades, sendo que esta conta representa 35% do Ativo Total em 2004. Em vista desta reclassificação, fica visível a queda nas Disponibilidades da cooperativa, pois em 2003 representava 29% do Ativo Total e em 2004 representa menos de 1% (0,56%). O Ativo Permanente apresenta um crescimento de 15% em relação ao ano de 2003, devido ao grande investimento do sistema em tecnologia, que é demonstrado no grupo Diferido que obteve um crescimento de 244%.

Analisando o Passivo, verifica-se que o Passivo Circulante e o Patrimônio Líquido obtiveram um crescimento semelhante, porém, fazendo uma comparação com o Passivo Total, o primeiro tem uma representação de 82% enquanto que o segundo representa 18%.

No Passivo Circulante, o grupo Depósitos teve um crescimento de 23% com relação a 2003, tendo importância para a cooperativa por ser uma fonte de recursos utilizada para financiar operações de crédito para

seus associados, por isso, o Depósito à vista torna-se mais relevante pois não tem custo para a cooperativa.

Pode-se observar que as Relações Interfinanceiras diminuíram 22% em 2004. Isso significa que as transações financeiras dos associados ocorreram mais dentro do sistema Sicredi devido principalmente ao investimento em tecnologia, o que traz uma diminuição do custo de documentos compensados.

É importante destacar o crescimento de 27% no Capital Social da cooperativa, pois este recurso é utilizado nas operações de crédito com associados e representa a estabilidade da cooperativa. Além disso, consegue-se a fidelização dos associados, pois quanto mais capital é investido maior retorno este terá na distribuição das sobras da cooperativa.

Em relação às sobras, a cooperativa teve uma queda de 74% devido a diminuição das Receitas com Intermediação Financeira e uma Despesa com Provisão para créditos de liquidação duvidosa (conforme DRE – Anexo II), o que não ocorreu em 2003 quando houve uma reversão desta provisão.

Observando os índices da cooperativa padrão, a CCR Faxinal do Soturno apresenta apenas dois desenquadramentos, que são: custo fixo/receita e sobras/PLA. Isso representa que a cooperativa pode trabalhar melhor no intuito de aumentar a rentabilidade do capital investido pelos associados.

Por outro lado, a cooperativa apresenta boa liquidez geral e encontra-se bem colocada em relação as demais cooperativas integrantes da URDC Santa Maria.

A cooperativa apresentou um tolerável índice de inadimplência, porém, houve uma grande despesa com provisão de devedores duvidosos, o que influenciou diretamente nas sobras do semestre. Com isso, há necessidade de ter um maior controle do risco de crédito para que a cooperativa obtenha maior rentabilidade.

3.1.5.2 Cooperativa de Crédito Rural de Nova Palma – CCR Nova Palma (Anexo III)

A CCR Nova Palma possui duas Unidades de Atendimento, que atendem os municípios de Dona Francisca e Nova Palma. A seguir apresenta-se a análise das demonstrações contábeis da mesma.

O Ativo Total da Cooperativa apresenta um crescimento de 21% em relação ao ano de 2003, este crescimento deve-se ao Ativo Circulante e ao Ativo Permanente.

No Ativo Circulante, com a reclassificação da conta Centralização Financeira do grupo Disponibilidades para o grupo Relações Interfinanceiras, aparentemente causou uma queda nas Disponibilidades (conforme Notas Explicativas – Anexo III). Grande relevância é a conta Operações de Crédito que teve um acréscimo de 88% em relação a 2003, em parte deve-se à mudança no critério de classificação dos títulos de crédito (conforme Notas Explicativas - Anexo III), e também significa que a cooperativa liberou mais recursos para seus associados, tendo uma boa administração destas liberações, o que pode ser observado na conta Provisão para créditos de liquidação duvidosa, que teve um aumento de apenas 38%.

No Ativo Realizável a Longo Prazo, embora as operações de crédito tenham diminuído 25%, a Provisão para créditos de liquidação duvidosa apresentou um aumento de 53%. Isso se deve ao fato de quanto maior o prazo para pagamento maior se torna o risco de inadimplência para a cooperativa.

O Ativo Permanente teve um crescimento de 53% em relação a 2003, este aumento deve-se a reforma nas Unidades de Atendimento realizadas no final de 2003 para adequar-se à padronização do layout do sistema. Além disso, houve um aumento no Diferido devido a gastos com investimento em tecnologia.

No Passivo, a conta de Depósito a Prazo teve um aumento muito significativo chegando a 27%, assim como o Capital Social que chegou ao aumento de 34% em relação a 2003. Isso significa que os associados aplicaram mais seus recursos na cooperativa, com isso dando a possibilidade de aumento também da conta Operações de Crédito no Ativo Circulante.

As sobras da cooperativa tiveram uma pequena queda em relação a 2003, observando a DRE nota-se que, mesmo com um aumento nas receitas com operações de crédito, a cooperativa teve uma grande despesa com a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Somando-se a isso, houve um aumento nas despesas administrativas e de pessoal, o que influenciou diretamente no resultado da cooperativa.

Analisando os índices da cooperativa padrão, a CCR Nova Palma não possui nenhum desenquadramento, sendo esta a cooperativa com melhor estabilidade com relação a estes índices se comparada com as demais integrantes da URDC Santa Maria.

Esta cooperativa deve observar o risco de crédito, fator diretamente ligado ao resultado e ter uma boa estratégia quanto aos vencimentos de depósitos a prazo e o recebimento de títulos de crédito efetuados com seus associados para não ocorrer disparidade nos prazos, podendo gerar problemas futuros de desenquadramento e mau desempenho da cooperativa.

3.1.5.3 Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados da Região Centro do Rio Grande do Sul – CCLA Região Centro (Anexo IV)

A CCLA Região Centro possui oito Unidades de Atendimento, que atendem os municípios de Itaara, Dilermando de Aguiar, São Pedro do Sul, Toropi e Santa Maria. Nesta última existem quatro Unidades de Atendimento identificadas como: Camobi, Centro, Tancredo Neves e Medianeira. A seguir, apresenta-se a análise das demonstrações contábeis da mesma.

O Ativo total da cooperativa sofreu um aumento de 16% em relação a 2003, este aumento deve-se principalmente ao Ativo Circulante e ao Ativo Permanente.

No Ativo Circulante houve a reclassificação da conta Centralização Financeira do grupo Disponibilidades para o grupo Relações Interfinanceiras (conforme Notas Explicativas – Anexo IV), além do ajuste esta conta teve um crescimento muito significativo e representa 37% do Ativo Total.

Em contrapartida, houve uma diminuição de 72% nos Títulos de Renda Fixa, estes títulos em 2003 representam 27% do Ativo Total e com esta queda, representa apenas 6%.

O volume das operações de crédito teve aumento, passando de 35% do Ativo Total em 2003 para 45% em 2004. Este aumento deve-se a uma liberação maior de recursos para seus associados, porém a provisão para crédito de liquidação duvidosa cresceu em proporção superior às liberações. Enquanto que as operações de crédito aumentaram 47%, as provisões cresceram 147%.

No Ativo Permanente, a conta Imóveis de Uso teve um acréscimo de 47%, principalmente devido à reforma da Unidade de Atendimento Toropi, além disso a conta Gastos de Organização de Expansão aumentou 43%, devido a investimentos em tecnologia.

No Passivo Circulante, o Grupo Depósitos se destaca por representar 73% do total do Passivo, além disso é uma das principais fontes de recursos para financiar seus associados. A conta Depósito a Vista teve um crescimento menor em reais com relação ao Depósito a Prazo, porém é um recurso que será usado para subsidiar associados a custo zero para a cooperativa.

Outro fator relevante é a queda nos Repasses Interfinanceiros em relação ao Passivo Total, passando de 21% para 9% em 2004, significando a diminuição dos recursos que outros bancos repassam à cooperativa.

O Capital Social teve um aumento de 55% com relação a 2003, sendo que um dos motivos deste crescimento é a Campanha de

Capitalização realizada junto aos associados e também a distribuição das sobras realizada na conta capital de cada associado.

Observando a DRE, verifica-se que o resultado das operações com títulos e valores mobiliários acompanha a queda nas aplicações em títulos de renda fixa. Além disso, houve um aumento da despesa com a provisão para créditos de liquidação duvidosa de 552%, sendo as duas contas tem relação direta com o resultado da cooperativa.

Analisando os índices da cooperativa padrão, observa-se que a CCLA Região Centro possui cinco desenquadramentos, sendo eles: Imobilizado, Receita/Nº Colaboradores, CF/Fonte de Recursos, CF/Receitas e % média rec./praça.

O Imobilizado apresenta-se desenquadrado devido à cooperativa ter adotado layout padrão do sistema em todas as Unidades de Atendimento, além de aquisição de uma sede própria.

A Receita sobre o número de colaboradores encontra-se fora do padrão, pois os colaboradores da URDC Santa Maria, apesar de atenderem as cinco cooperativas são vinculados a CCLA Região Centro, o que causa um número excessivo de pessoal para a cooperativa.

Os índices CF/Fonte de recursos e CF/Receitas também são influenciados pela folha de pagamento da URDC Santa Maria, mas é necessário que a cooperativa aumente a rentabilidade de suas transações e aumente o volume de recursos.

O percentual de recursos por praça desenquadrado deve-se à competitividade que existe na região de abrangência da cooperativa, mas

ao mesmo tempo mostra o mercado a ser explorado principalmente após a alteração para Livre Admissão de Associados.

Analisando de maneira genérica, pode-se observar que aumentaram as fontes de recursos e conseqüentemente as liberações de crédito, e mesmo assim, a cooperativa teve uma queda de 17% nas sobras. Observa-se que pode ser efetuada uma análise melhor na carteira de empréstimos para reduzir as despesas de provisões para crédito de liquidação duvidosa e aumentar a rentabilidade da cooperativa.

3.1.5.4 Cooperativa de Crédito Rural Sepeense – CCR Sepeense (Anexo V)

A CCR Sepeense possui quatro Unidades de Atendimento, que atendem os municípios de Vila Nova do Sul, Restinga Seca, Formigueiro e São Sepé. A seguir, apresenta-se a análise das demonstrações contábeis da mesma.

O Ativo Total da cooperativa teve um aumento de 52%, sendo principalmente no Ativo Circulante e no Ativo Permanente.

O grupo Relações Interfinanceiras teve a reclassificação da conta Centralização Financeira (conforme Notas Explicativas – Anexo V), além disso esta conta apresentou um crescimento e representa 35% do Ativo Total.

As operações de crédito tiveram um acréscimo de 95% em relação a 2003 e, com uma boa administração da carteira de empréstimo, o valor das provisões para crédito de liquidação duvidosa reduziu 3% em relação a 2003.

O Ativo Permanente teve um acréscimo de 59% em relação a 2003, principalmente devido à reforma de sua sede, realizada no primeiro semestre para adequar-se ao layout do sistema. Também houve um aumento no investimento em tecnologia, que representou 370% em relação a 2003.

Em relação ao Passivo, pode-se destacar que o grupo Depósitos cresceu 48% em relação a 2003, mas este aumento não foi suficiente para suprir as necessidades dos associados, fazendo com que a cooperativa buscasse em outras instituições recursos para atender a demanda. Este fato acarretou um aumento significativo na conta Repasses Interfinanceiros que passou a representar 14% do Passivo Total e ainda uma obrigação a longo prazo que representa 2% do Passivo Total.

O Capital Social teve um acréscimo de 60% assim como as Reservas de Lucros que obtiveram um crescimento de 30% em relação a 2003, representando maior solidez na cooperativa e maiores recursos para o financiamento de associados.

Analisando a DRE, observa-se que houve um aumento na receita com operações de crédito o que influenciou diretamente no resultado da cooperativa. Mesmo que a despesa de provisão para crédito de liquidação duvidosa tenha aumentado, não foi em nível significativo. Com isso, a cooperativa teve um aumento nas sobras de 20% com relação a 2003.

Observando os índices da cooperativa padrão, a CCR Sepeense apresenta apenas dois desenquadramentos, que são CF/Fonte de recursos e CF/Receitas. Estes dois índices são ligados diretamente ao custo fixo, portanto, seria interessante realizar uma análise nestes custos

para verificar a possibilidade de redução dos mesmos. Se não for possível a redução, aumentar a rentabilidade da cooperativa.

3.1.5.5 Cooperativa de Crédito Rural de Caçapava do Sul – CCR Caçapava do Sul (Anexo VI)

A CCR Caçapava do Sul possui quatro Unidades de Atendimento, que atendem os municípios de Lavras do Sul, Santana da Boa Vista, Piratini e Caçapava do Sul. A seguir, apresenta-se a análise das demonstrações contábeis da mesma.

O Ativo Total da cooperativa teve um aumento de 24% em relação a 2003 e este aumento deve-se ao Ativo Circulante e Ativo Permanente.

No Ativo Circulante houve a reclassificação da conta Centralização Financeira que passou do grupo Disponibilidades para o grupo Relações Interfinanceiras, além disso, esta conta teve um grande aumento passando a representar 59% do Ativo Total.

Na conta Operações de Crédito houve um acréscimo de 62% em relação a 2003, parte deste aumento deve-se à mudança de critério para a classificação dos títulos a longo prazo (conforme Notas Explicativas – Anexo VI) e aumento de liberação de crédito para seus associados. Apesar deste aumento nas liberações, a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi reduzida em 18% com relação a 2003.

No Ativo Permanente houve um acréscimo de 20% no seu total, sendo de maior relevância o aumento do Diferido, da conta Gastos de Organização e Expansão, ou seja, investimento em tecnologia.

No Passivo Circulante, o grupo Depósitos teve um crescimento superior ao da cooperativa, chegando a 29% em relação a 2003. Cabe ressaltar que o Depósito à Vista cresceu na mesma proporção que o Depósito a Prazo, sendo importante para a cooperativa pois o mesmo apresenta recurso para financiamento a custo zero.

O Capital Social teve um crescimento de 30% assim como as Reservas de Lucros que aumentaram 21% em relação a 2003. Isto representa maior fonte de recursos para o financiamento de seus associados.

Analisando a DRE, observa-se que houve uma queda nas receitas em geral e um acréscimo nas despesas também em geral, causando uma redução de 60% nas sobras da cooperativa.

Analisando os índices da cooperativa padrão, observa-se que a CCR Caçapava do Sul possui quatro desenquadramentos, sendo eles: CF/Fonte de Recursos, CF/ Receitas, Sobras Acum/PLA e % média rec./praça.

Os índices CF/Fonte de Recursos, CF/Receitas e Sobras Acumuladas/PLA estão diretamente ligados ao resultado da cooperativa, ou seja, a mesma pode realizar uma análise de seus custos fixos e receitas montando uma estratégia para obter uma melhor rentabilidade para a cooperativa.

O percentual de recursos por praça desenquadrado mostra o mercado em potencial a ser explorado e que cooperativa pode estudar formas de melhorar este percentual.

3.1.6 Análise Consolidada das Cooperativas de Crédito

Para a realização da consolidação das demonstrações contábeis das cooperativas de crédito realizou-se a soma dos valores das respectivas contas, não havendo exclusões, pois tratam-se de empresas distintas. Conforme são demonstradas a seguir.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO	30/6/2004	30/6/2003	AV 2004	AV 2003	AH
	R\$	R\$			
ATIVO CIRCULANTE	127.749.434	100.282.459	91,10	88,60	127,39
DISPONIBILIDADES	925.350	36.770.604	0,66	32,49	2,52
TITULOS E VAL. MOBILIARIOS	14.514.543	24.036.551	10,35	21,24	60,39
Títulos de Renda Fixa	14.514.543	24.036.551	10,35	21,24	60,39
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	53.134.102	2.411.556	37,89	2,13	2.203,31
Pagamentos e Recebimentos a liquidar	1.580.891	2.411.556	1,13	2,13	65,55
Centralização Financeira - Cooperativas	51.553.211	0	36,76	0,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	57.460.421	34.935.304	40,98	30,86	164,48
Setor Privado	59.238.893	36.304.068	42,24	32,07	163,17
(-) Provisão p/ Créditos de Liquid. Duvidosa	(1.778.472)	(1.368.764)	(1,27)	(1,21)	129,93
OUTROS CRÉDITOS	1.455.174	1.647.591	1,04	1,46	88,32
Rendas a Receber	927.411	951.527	0,66	0,84	97,47
Diversos	527.767	696.064	0,38	0,61	75,82
(-) Provisão p/ Créditos de Liquid. Duvidosa	(4)	0	0,00	0,00	0,00
OUTROS VALORES E BENS	259.845	480.853	0,19	0,42	54,04
Outros Valores e Bens	68.077	136.204	0,05	0,12	49,98
Despesas Antecipadas	191.768	344.649	0,14	0,30	55,64
ATIVO REAL LONGO PRAZO	5.335.461	7.451.291	3,80	6,58	71,60
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.005.975	7.199.528	3,57	6,36	69,53
Setor Privado	5.153.343	7.432.011	3,67	6,57	69,34
(-) Provisão p/ Créditos de Liquid. Duvidosa	(147.368)	(232.483)	(0,11)	(0,21)	63,39
OUTROS CRÉDITOS	82.489	69.489	0,06	0,06	118,71
Crédito Específicos	82.489	69.489	0,06	0,06	118,71
DESPESAS ANTECIPADAS	246.997	182.274	0,18	0,16	135,51
Despesas Antecipadas	246.997	196.054	0,18	0,17	125,98
		0			
PERMANENTE	7.144.621	5.453.739	5,09	4,82	131,00
INVESTIMENTOS	4.008.399	3.483.700	2,86	3,08	115,06
Ações e Cotas	4.008.399	3.483.700	2,86	3,08	115,06
IMOBILIZAÇÕES DE USO	2.331.460	1.651.482	1,66	1,46	141,17
Imobilizações em Curso	5.672	1.334	0,00	0,00	425,19
Imóveis de Uso	923.666	691.242	0,66	0,61	133,62
Outras imobilizações de Uso	2.472.434	1.805.345	1,76	1,60	136,95
Depreciações Acumuladas	(1.070.312)	(846.439)	(0,76)	(0,75)	126,45
DIFERIDO	804.762	318.557	0,57	0,28	252,63
Gastos de Organização e Expansão	1.122.587	504.189	0,80	0,45	222,65

Amortizações Acumuladas	(317.825)	(185.632)	(0,23)	(0,16)	171,21
TOTAL DO ATIVO	140.229.516	113.187.489	100,00	100,00	123,89

PASSIVO	30/6/2004	30/6/2003	AV 2004	AV 2003	AH
	R\$	R\$			
PASSIVO CIRCULANTE	116.221.805	94.668.431	82,88	83,64	122,77
DEPÓSITOS	93.729.787	69.549.673	66,84	61,45	134,77
Depósitos a Vista	17.564.608	12.834.090	12,53	11,34	136,86
Depósitos à Prazo	76.165.179	56.715.583	54,31	50,11	134,29
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	19.710.900	22.936.216	14,06	20,26	85,94
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1.747.838	2.518.294	1,25	2,22	69,41
Repasses Interfinanceiros	17.963.061	20.417.922	12,81	18,04	87,98
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	952.596	960.444	0,68	0,85	99,18
Empréstimos no país-Outras Instituições	926.181	926.181	0,66	0,82	100,00
Repasses do País - Inst Oficiais	26.415	34.263	0,02	0,03	77,09
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.828.522	1.222.098	1,30	1,08	149,62
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assem.	1.511	1.266	0,00	0,00	119,35
Sociais e Estatutárias	261.083	133.634	0,19	0,12	195,37
Fiscais e Previdenciárias	194.838	232.315	0,14	0,21	83,87
Diversas	1.371.090	854.883	0,98	0,76	160,38
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	338.436	0	0,24	0,00	0,00
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	989.923	0	0,71	0,00	0,00
Repasses Interfinanceiros	989.923	0	0,71	0,00	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23.017.788	18.519.058	16,41	16,36	124,29
Capital de Domiciliados no país	11.550.646	8.126.418	8,24	7,18	142,14
Reserva de Lucros	9.849.725	8.157.497	7,02	7,21	120,74
Sobras Acumuladas	1.617.417	2.235.142	1,15	1,97	72,36
TOTAL DO PASSIVO	140.229.516	113.187.489	100,00	100,00	123,89

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO CONSOLIDADA

DISCRIMINAÇÃO	01/01 a 30/06/04	01/01 a 30/06/03	Av2004	Av2003	Ah
	R\$	R\$	%	%	%
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	7.932.235	7.679.930	100,00	100,00	103,29
Operações de Crédito	7.057.626	5.581.318	88,97	72,67	126,45
Resultado de Operações c Tit. E Val.Mobiliários	874.609	2.098.612	11,03	27,33	41,68
Resultado das Operações Compulsórias	-	-			
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(6.077.749)	(5.699.623)	(76,62)	(74,21)	106,63
Operações de Captação no Mercado	(4.737.530)	(4.961.162)	(59,73)	(64,60)	95,49
Operações de Empréstimos e Repasses	(645.393)	(766.716)	(8,14)	(9,98)	84,18
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(694.826)	28.255	(8,76)	0,37	(2459,13)
	-	-			
RESULTADO BRUTO INTERMED. FINANCEIRA	1.854.486	1.980.307	23,38	25,79	93,65
	-	-			
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(216.874)	293.886	(2,73)	3,83	(73,80)
Receitas de Prestações de Serviços	1.078.925	762.677	13,60	9,93	141,47
Despesas de Pessoal	(2.028.694)	(1.551.381)	(28,74)	(27,80)	130,77
Outras Despesas Administrativas	(2.184.285)	(1.761.144)	(27,54)	(22,93)	124,03
Despesas Tributárias	(84.908)	(50.762)	(1,07)	(0,66)	167,27
Outras Receitas Operacionais	3.862.657	3.793.461	48,70	49,39	101,82
Outras Despesas Operacionais	(860.569)	(898.965)	(10,85)	(11,71)	95,73
	-	-			
RESULTADO OPERACIONAL	1.637.612	2.274.193	20,65	29,61	72,01
	-	-			
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	10.259	(9.880)	0,13	(0,13)	(103,84)
	-	-			
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	1.647.871	2.264.313	20,77	29,48	72,78
	-	-			
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(30.456)	(29.172)	(0,38)	(0,38)	104,40
	-	-			
SOBRAS OU PERDAS ANTES DESTINAÇÕES	1.617.417	2.235.143	20,39	29,10	72,36

A seguir, será efetuada a análise do balanço consolidado das Cooperativas de Crédito de Faxinal do Soturno, Nova Palma, Região Centro, Sepeense e Caçapava do Sul, integrantes da URDC Santa Maria.

Como primeira observação, verificou-se que o Ativo Total consolidado teve um crescimento de 24% em relação a 2003,

destaca-se também que o principal grupo que representa esta suba é o Ativo Circulante, sendo que este ampliou em 27% seus recursos. A principal responsável por esta evolução foi a Cooperativa de Crédito Rural Sepeense que agregou 33% do total deste acréscimo.

Realizando uma análise mais minuciosa no Ativo Circulante Consolidado, observa-se um declínio acentuado do grupo Disponibilidades com uma queda de 98% em relação a 2003, sendo que representava 32% do Ativo Total passando a menos de 1%. A esta queda, deve-se a reclassificação da conta Centralização Financeira em cumprimento à Resolução 3238 do BACEN, que diz no seu art. 2º inciso I, “destina-se ao registro contábil, nas cooperativas filiadas, nas transferências de suas sobras de caixa, para suas cooperativas centrais, decorrentes do ato cooperativo denominado centralização financeira”. Esta reclassificação influenciou diretamente no grupo Relações Interfinanceiras que passou a representar em 2004 37% do Ativo Total.

Buscando uma melhor visualização e análise da carteira de crédito a curto a prazo, segue abaixo quadro comparativo:

QUADRO 3 – Comparativo da Carteira de Crédito

COOP.	OPER. DE CRÉDITO		PROV. DEV. DUV.		%	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Fx do Soturno	5.066.754	7.460.117	-71.951	-209.606	1,42	2,81
Nova Palma	5.695.214	10.690.862	-118.674	-163.992	2,08	1,53
Região Centro	14.841.345	21.900.672	-225.422	-556.978	1,52	2,54
São Sepé	6.862.895	13.361.953	-432.523	-421.091	6,30	3,15
Caçapava do Sul	3.837.860	5.825.289	-520.194	-426.805	13,55	7,33
Consolidada	36.304.068	59.238.893	-1.368.764	-1.778.472	3,77	3,00

Analisando as Operações de Crédito a Curto Prazo destaca-se o crescimento de 64% nos recursos liberados aos associados, passando a representar 10% a mais no Ativo Total em relação a 2003. Observando o quadro acima, verifica-se o aumento na liberação de recursos em todas as Cooperativas sendo que Região Centro, Sepeense e Nova Palma obtiveram os maiores aumentos. Sendo que a Cooperativa de Nova Palma apresentou um aumento na carteira de quase 50%, em contrapartida, conseguiu diminuir em 0,5% o percentual de sua provisão.

É importante salientar ainda, a queda do percentual de Provisão para Devedores Duvidosos nas Cooperativas Sepeense e Caçapava do Sul, sendo em torno de 50%, mesmo com o aumento de sua carteira de crédito. Porém, as Cooperativas Região Centro e Faxinal do Soturno não conseguiram manter o mesmo percentual de provisão do ano anterior apresentando um aumento bastante significativo.

Contudo, observando as operações de crédito consolidadas verificou-se que, mesmo aumentando suas liberações de recursos, conseguiu baixar o percentual da provisão de 3,7% para 3,0% do total da carteira a curto prazo.

Passando a análise ao Ativo Realizável a Longo Prazo, constatou-se o decréscimo de 31% nas operações de crédito a longo prazo, devido a alteração no critério de segregação em curto e longo prazo, que nos exercícios anteriores foi realizado através da proporcionalidade, e a partir deste exercício foi segregado através da efetiva classificação de risco das operações de longo prazo.

O Ativo Permanente consolidado apresentou um crescimento de 31% em relação a 2003, todavia seu aumento diante do Ativo Total não foi tão significativo sendo de apenas 0,3%. A Cooperativa que alavancou

este crescimento foi a Sepeense onde se constatou um acréscimo em torno de R\$ 500.000,00. Conforme citado nas análises individuais, verificou-se que as cooperativas estão aumentando seus investimentos na área de tecnologia e logística, representados na conta Gastos de Organização e Expansão refletindo no balanço consolidado com percentual de 122% em relação a 2003.

Partindo para a análise do Passivo consolidado, salienta-se que tanto o Passivo Circulante quanto o Patrimônio Líquido colaboraram de maneira significativa para o crescimento do mesmo.

No Passivo Circulante, o grupo Depósitos apresentou um crescimento de mais de 5% em relação a 2003, sendo ele composto pelas contas que subsidiam recursos para liberação de crédito aos associados. A conta depósito a vista teve um crescimento maior, trazendo mais benefícios para as cooperativas, que dispõem de recursos a custo zero.

A Cooperativa que teve grande influência no crescimento dos depósitos a vista foi Região Centro, com R\$ 2.300.000,00 bem como nos depósitos a prazo com aproximadamente R\$ 8.000.000,00.

No grupo Relações Interfinanceiras classificam-se as obrigações por empréstimos e transações junto às diversas Instituições Financeiras, onde na maioria o BANSICREDI é o intermediário. Destaca-se a queda na conta Repasses Interfinanceiros de 15% em relação a 2003, ocasionada principalmente pela diminuição de recursos adquiridos para repasse aos associados junto aos bancos. A cooperativa Região Centro foi a principal responsável por esta queda com uma diminuição de R\$ 4.500.000,00.

No Patrimônio Líquido, o Capital Social obteve um crescimento de 42% em relação a 2003, sendo que as cooperativas Sepeense e Região Centro se destacam por integralizarem em torno de R\$ 1.000.000,00 cada uma. Segue abaixo quadro comparativo do crescimento do capital social e associados.

QUADRO 4 – Comparativo Capital Social x Associados

COOPERATIVAS	CAPITAL SOCIAL		%	ASSOCIADOS		%
	2003	2004	2003	2003	2004	2003
Faxinal do Soturno	1.270.892	1.619.597	27,44	1.833	1.994	8,78
Nova Palma	1.668.695	2.238.666	34,16	2.334	2.615	12,04
Região Centro	1.789.179	2.780.955	55,43	10.544	10.967	4,01
São Sepé	1.627.275	2.606.346	60,17	3.849	4.671	21,36
Caçapava do Sul	1.770.377	2.305.082	30,20	3.731	4.895	31,20
Consolidada	8.128.421	11.552.650	42,13	22.291	25.142	12,79

Pode-se destacar que a Cooperativa Região Centro, Nova Palma e Sepeense intensificaram suas ações na fidelização dos associados fazendo com que estes investissem na cooperativa integralizando mais capital. Por outro lado, a Cooperativa Região Centro não obteve um aumento tão expressivo no número de associados, sendo que para apurar as causas deste fato seria necessária uma análise mais minuciosa.

Analisando o número de associados, cabe ressaltar que a Cooperativa de Caçapava do Sul obteve o maior crescimento chegando a 31%, tendo inclusive superado o percentual do capital social. Este fato pode significar que a cooperativa esta investindo na expansão do seu quadro social e não na fidelização dos mesmos.

Avaliando as sobras acumuladas verificou-se uma queda de 30% em relação a 2003. A Cooperativa que teve maior influência neste percentual foi Caçapava do Sul, sendo a sua participação em torno de 50% do total.

Passando para a Demonstração do Resultado do Exercício, constatou-se que o principal fator responsável pela redução das sobras é o aumento das despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa que passou 0,3% para 9% das receitas de intermediação financeira., sendo que a Cooperativa Região Centro apresentou um acréscimo em torno de R\$ 300.000,00.

Observando as receitas e despesas operacionais, destaca-se que, em 2003, tiveram um resultado positivo enquanto que no ano seguinte houve um déficit de R\$ 216.000,00. A maior participação nesta queda foi da Cooperativa de Nova Palma, que chegou a reduzir em 90% resultado deste grupo.

Após a realização da análise individual e consolidada das cooperativas de crédito, retornou-se ao questionamento inicial deste estudo: - “Quais os ganhos de informação contábil que ocorrem quando da realização da consolidação dos demonstrativos contábeis das cooperativas de crédito integrantes da URDC Santa Maria?” – e que, através da consolidação, realizou-se um comparativo entre as cooperativas de crédito, com isso identificou-se os pontos positivos e negativos de cada uma, que refletem diretamente nas demonstrações consolidadas.

Em vista disso, verificou-se alguns itens que podem ser trabalhados pela URDC Santa Maria junto às cooperativas. São eles:

O item mais agravante encontrado nas análises de todas as cooperativas foram as elevadas despesas com risco de crédito, sendo que as Unidades de Atendimento já efetuam um acompanhamento do risco, porém, o mesmo não se apresenta muito rigoroso.

Uma possibilidade para contornar este problema é realizar uma análise mais criteriosa dos associados na liberação de empréstimos e também emprestar valores menores a diversas pessoas para se obter um risco menor, ou seja, risco A. Na URDC Santa Maria pode ser realizado um acompanhamento do Comitê de Crédito no intuito de melhorar a administração do risco de crédito.

Visto que a principal fonte de receita da cooperativa é a liberação de recursos a seus associados, ou seja, tendo uma boa administração do risco, as cooperativas atingirão uma rentabilidade maior. Este fato refletirá diretamente nas sobras das cooperativas, porque diminuem as despesas com o risco e aumentam as receitas com operações de crédito.

Outro fator relevante observado nas análises dos Índices da Cooperativa Padrão é o CF/Receitas, onde quatro cooperativas encontram-se desenquadradas. Sendo que realizando o proposto acima com relação ao risco de crédito e permanecendo com o Custo Fixo estável as cooperativas aumentam as receitas e a probabilidade de se enquadrarem neste índice. Além disso, a URDC pode buscar na Cooperativa de Nova Palma os fatores que fazem com que ela esteja enquadrada.

Ainda dentro dos Índices da Cooperativa Padrão, observou-se o desenquadramento de duas cooperativas no índice percentual médio de recursos/praça. Isto mostra qual a possibilidade de crescimento das cooperativas na sua área de atuação, fator este que refletirá diretamente

no número de associados e no volume de recursos. A URDC Santa Maria pode auxiliar as cooperativas através de sua área de comunicação traçando estratégias de divulgação do sistema Sicredi buscando atrair mais associados para as cooperativas de crédito.

Na questão patrimonial verificou-se um crescimento em todas as cooperativas, em função de reformas para padronização e melhorias no ambiente de atendimento. Em vista disso, houve um aumento no índice Imobilizado das cooperativas, sendo que a Cooperativa de Região Centro está desenquadrada e as demais estão no limite do enquadramento.

A URDC Santa Maria pode auxiliar as cooperativas neste ponto fazendo um controle do imobilizado, ou seja, efetuar um levantamento e contagem dos bens de cada cooperativa e dar baixa do patrimônio obsoleto. Item que, após as reformas e reestruturações, nada foi efetuado neste sentido.

Em suma, é de grande relevância que a URDC Santa Maria efetue treinamentos e cursos de reciclagem com os colaboradores, para se obter um melhor desenvolvimento operacional das atividades e uma melhor administração dos recursos captados pelas cooperativas.

Assim como participar dos planejamentos estratégicos das cooperativas, objetivando um suporte mais ativo nas unidades de atendimento e a padronização das atividades operacionais das cooperativas. Buscando um aperfeiçoamento dos processos burocráticos e administrativos nas cooperativas de crédito e na URDC Santa Maria.

4 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Este último capítulo destina-se a fazer as conclusões do trabalho desenvolvido, bem como as recomendações pertinentes.

Neste estudo, inicialmente, foi realizada uma busca de conhecimentos teóricos através de livros referentes aos temas: contabilidade, consolidação, análise de balanços e cooperativismo, para se obter o embasamento teórico, necessário na realização da consolidação e análise das demonstrações contábeis.

Após essa busca, direcionou-se este estudo para o sistema Sicredi, utilizando os manuais internos e levantamento de dados na URDC Santa Maria, com o objetivo de conhecer a estrutura da empresa e o funcionamento da área contábil.

Com o desenvolvimento deste estudo, atingiu-se primeiramente os objetivos específicos, como a identificação dos pontos frágeis das cooperativas, que refletem diretamente nas demonstrações consolidadas, trazendo assim um novo leque de informações para a URDC Santa Maria agregar no atendimento às cooperativas.

Tanto a análise individual quanto a análise consolidada dos balanços não eram realizadas pela URDC Santa Maria, mostrando-se ferramentas de controle importante, pois a análise individual avalia a situação patrimonial de cada cooperativa e a análise consolidada traz a comparação entre elas, avaliando quais as vantagens e os principais problemas de cada

uma, as cooperativas mais rentáveis, bem como os pontos fortes de uma que podem ser utilizados nas demais.

Com isso, conclui-se depois de efetuado este estudo que é de grande relevância que a URDC Santa Maria trabalhe com esta ferramenta a partir dos próximos balanços com intuito de auxiliar na tomada de decisões das cooperativas tendo em vista que o objetivo principal da URDC é trabalhar para o crescimento e desenvolvimento das cooperativas, sendo que alguns pontos observados nesta análise já podem ser trabalhados pela URDC Santa Maria, principalmente a questão do risco de crédito, pois este é um fator de extrema importância para a rentabilidade das cooperativas.

Além desta sugestão, colocam-se a seguir algumas recomendações já contempladas neste estudo e algumas ainda não mencionadas a serem utilizadas pelas cooperativas de crédito e URDC Santa Maria:

- acompanhamento das liberações de recursos aos associados através do Comitê de Crédito;

- análise e controle minucioso do risco de crédito;

- realizar um controle e reavaliação dos bens constantes no sistema patrimonial;

- utilizar sempre o suporte das diversas áreas da URDC para o aperfeiçoamento das atividades ocorridas nas Unidades de Atendimento;

- realização de treinamentos e reciclagem dos colaboradores das cooperativas de crédito;

- verificar a influência da utilização das sugestões de aperfeiçoamento deste estudo;

- buscar informações em outras URDC's para possíveis comparações.

5 BIBLIOGRAFIA

BRAGA, Roberto. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

CHING, Hong Yuh. Fernando Marques, Lucilene Prado. **Contabilidade e finanças para não especialistas**. São Paulo: Pearson, 2004.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico da contabilidade**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

FAVERO, Hamilton Luiz et al. **Contabilidade: Teoria e Prática**, V1. São Paulo: Atlas, 1995

FEA/USP, Equipe de Professores da. **Contabilidade introdutória**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 7.ed. São Paulo: Harbra, 2002.

Guia do colaborador Sicredi, 2003.

IUDICIBUS, Sérgio de, Eliseu Martins, Ernesto Rubens Gelbcke. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDICIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

Manual de comunicação Sicredi, 2004.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços**. Abordagem Básica e Gerencial, 6.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Nagatsuka, Divane Alves da Silva; Egberto Lucena Teles. **Manual de contabilidade introdutória**. 1 Ed. São Paulo: Thomson, 2002.

NEVES, Silvério das, Paulo E. V. Viceconti. **Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras**. 11.ed. São Paulo: Frase, 2002.

OCERGS – **Cooperativismo – Orientações Básicas**. 1d. Porto Alegre: OCERGS, 2001

OLIVEIRA, Hernandez. **Contabilidade avançada**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Análise de índice de liquidez sob o conceito de avaliação econômica da empresa**. Revista Brasileira de Contabilidade, Julho/Agosto 2002.

PADOVEZE, Clóvis Luis. Sistemas de informações contábeis. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PEREIRA da Silva, José. **Análise financeira das empresas**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2004-07-31.

Pinho, Diva Benevides; Valdecir Manoel Affonso Palhares. **O Cooperativismo de crédito no Brasil**. Ed. Comemorativa. Santo André: Confebrás, 2004.

POLONIO, Wilson Alves. **Manual das sociedades cooperativas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Resolução nº 247/96, CVM.

Revista do Conselho Federal de Contabilidade. XXX—nº140 março/abril 2003

SÁ, Antonio Lopes de. **Teoria da contabilidade**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

SILVA JÚNIOR, José Barbosa da. **Contabilidade em segmentos específicos e outros**. 1 ed. São Paulo:Atlas, 2000.

SOUZA, Paulo Cezar Ferreira de, André Araújo Bezerra. **A verdadeira utilidade dos balanços consolidados: uma análise crítica**. Revista Brasileira de Contabilidade, Jan/Fev 2003.

STRASSBURG, Udo. **A contabilidade frente aos avanços tecnológicos**. 1 ed. Cascavel: Edunioeste, 2004.